

Processo nº 50600.027203/2025-19

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção de 205 (duzentas e cinco) Obras de Arte Especiais, localizadas em rodovias federais sobre jurisdição das Unidades Locais (ver tabela 1, 2, 3 e 4)**, no âmbito do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas - PROARTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Tabela 1 - Informações Gerais sobre o Lote 01 (PTO da Unidade Local de Barão de Grajaú/MA)

UNIDADE	UL BARÃO DE GRAJAÚ/MA
Lote	01 – 27 OAEs
Assunto	Elaboração de Orçamento Referencial do Plano de Trabalho
Tipo de obra	Manutenção de obras de arte especiais no âmbito do PROARTE
Rodovia	BR-230/MA
Trecho	INÍCIO PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA - FLORIANO) - RIO TOCANTINS (DIV MA/TO)
Subtrecho	INÍCIO PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA - FLORIANO) - ENTR MA-132 (RIACHÃO)
Segmento	km 0 ao km 482,8
Extensão	482,8 km
Código do SNV	230BMA0910 ao 230BMA1050 - Versão SNV 202507A
Rodovia	BR-330/MA
Trecho	ENTR BR-230/330/MA-006 (BALSAS) - DIV MA/PI (RIO PARNAÍBA)
Subtrecho	ENTR BR-230/330/MA-006 (BALSAS) - ENTR MA-006 (ACESSO NORTE TASSO FRAGOSO)
Segmento	km 0 ao km 141,4
Extensão	141,4 km
Código do SNV	Código do SNV 330BMA0005 ao 330BMA0015 - Versão SNV 202507A
Orçamento	R\$ 4.809.753,80

Tabela 2 - Informações Gerais sobre o Lote 02 (PTO da Unidade Local de MACAPÁ/AP)

UNIDADE	UL MACAPÁ/AP
Lote	02 – 50 OAEs
Assunto	Elaboração de Orçamento Referencial do Plano de Trabalho
Tipo de obra	Manutenção de obras de arte especiais no âmbito do PROARTE
Rodovia	BR-156/AP
Trecho	DIV PA/AP (LARANJAL DO JARI) - FIM S/RIO OIAPOQUE - FRONTEIRA BRASIL/GUIANA FRANCESA
Subtrecho	ENTR BR-156/210/AP-130 (PORTO GRANDE) - FIM S/RIO OIAPOQUE - FRONTEIRA BRASIL/GUIANA FRANCESA
Segmento	Km 330,40 ao 802,40
Extensão	472,00 Km

Código do SNV	Código do SNV 156BAP0370 ao 156BAP0670 - Versão SNV 202504A
Rodovia	BR-210/AP
Trecho	ENTR AP-010/030/070/110 (MACAPÁ) - DIV AP/PA
Subtrecho	ENTR AP-010/030/070/110 (MACAPÁ) - ENTR BR-156/210/AP-130 (PORTO GRANDE)
Segmento	km 0 ao km 100,50
Extensão	100,50 km
Código do SNV	Código do SNV 210BAP0010 ao 210BAP0090 - Versão SNV 202504A
Orçamento	R\$ 17.075.244,81

Tabela 3 - Informações Gerais sobre o Lote 03 (PTO da Unidade Local de Pedrinhas/MA)

UNIDADE	UL PEDRINHAS/MA
Lote	03 – 93 OAEs
Assunto	Elaboração de Orçamento Referencial do Plano de Trabalho
Tipo de obra	Manutenção de obras de arte especiais no âmbito do PROARTE
Rodovia	BR-135/MA
Trecho	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL - DIV MA/PI (GUADALUPE)
Subtrecho	ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL - ENTR BR-135/316 (CACHUCHA)
Segmento	km 0 ao km 199,8
Extensão	199,8 km
Código do SNV	135BMA0020 ao 135BMA0135 - SNV 202507A
Rodovia	BR-222/MA
Trecho	INÍCIO TRAVESSIA RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA) - INÍCIO DA PONTE S/RIO ITINGA - DIV MA/PA
Subtrecho	ENTR MA-026 (FIM TRAV URB CHAPADINHA) - ENTR BR-135/222 (OUTEIRO)
Segmento	km 80,2 ao km 219,4
Extensão	139,2 km
Código do SNV	222BMA0410 ao 222BMA0490 – SNV 202507A
Rodovia	BR-402/MA
Trecho	ENTR BR-135/402 (BACABEIRA) - ACESSO P/SOBRADINHO
Subtrecho	ENTR BR-135/402 (BACABEIRA) - ACESSO P/SOBRADINHO
Segmento	km 0 ao km 175,9
Extensão	175,9 km
Código do SNV	402BMA0012 ao 402BMA0082 – SNV 202507A
Orçamento	R\$ 11.637.918,43

Tabela 4 - Informações Gerais sobre o Lote 04 (PTO da Unidade Local de Santa Inês/MA)

UNIDADE	UL SANTA INÊS/MA
Lote	04 – 35 OAEs
Assunto	Elaboração de Orçamento Referencial do Plano de Trabalho
Tipo de obra	Manutenção de obras de arte especiais no âmbito do PROARTE
Rodovia	BR-222/MA
Trecho	INÍCIO TRAVESSIA RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA) - INÍCIO DA PONTE S/RIO ITINGA - DIV MA/PA

Subtrecho	ENTR BR-135/222 (MIRANDA DO NORTE) - ENTR MA-006 (ARAME)
Segmento	Km 251,1 ao km 502,00
Extensão	250,9 km
Código do SNV	(22BMA0550 - 222BMA0650) SNV _202507A
Rodovia	BR-316/MA
Trecho	INÍCIO PONTE S/RIO GURUPI (ALTO BONITO - DIV PA/MA) - FIM PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA -TIMON)
Subtrecho	ENTR MA-306/206 (MARACAÇUMÉ) - ENTR MA-034(A)/127/349 (CAXIAS)
Segmento	Km 54,7 ao km 551,1
Extensão	496,4 km
Código do SNV	(316BMA0250 - 316BMA0300) - SNV _202507A
Orçamento	R\$ 6.565.161,04

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (art. 6º, inciso XIII, da [Lei nº 14.133/21](#)) e de natureza contínua, segundo o previsto no art. 6º, inciso XV, da [Lei nº 14.133/21](#).

1.3. **Malha Referencial:** Apresenta-se nos quadros a seguir as Obras de Arte Especiais - OAE, com seus respectivos segmentos rodoviários, cuja jurisdição é das Superintendências Regionais do DNIT nos estado do Maranhão e Amapá.

Tabela 05 - Relação de OAEs previstas no Lote 01 - (PTO de Barão de Grajaú/MA)

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
1	0	BR - 230	MA	Ponte sobre o Rio Parnaíba	150045	317,82	14,13	3
2	4,2	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho dos Porcos	150056	9	10,8	2
3	7	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Cachoeira (Riacho Cachoeira II)	150032	11	10,8	2
4	8,9	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Sucuruju	150035	11	10,95	2
5	10	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Amola Machado	150030	6	10,75	2
6	12,3	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Grande	150230	39	12,6	4
7	25,4	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho da Corda	150055	31	12	3
8	32,8	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Muquém	150034	42	9,2	4
9	49,2	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho da Lajes	150229	5,7	10,9	4
10	51,2	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Baixãozinho	150031	11	10,9	4
11	112,7	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Pipiriri (Riacho do Barreiro)	150171	16	8,2	3
12	310,16	BR - 230	MA	Ponte sobre o Rio Cachoeira (Riacho Cachoeira)	150232	70	8,67	4
13	317,32	BR - 230	MA	Ponte sobre o Rio Neves	150174	70	8,6	4
14	362,06	BR - 230	MA	Ponte sobre o Riacho Tanque (Ribeirão do Riachão)	150036	30	8,6	4
15	394,06	BR - 230	MA	Ponte sobre o Rio Cocal	150026	79	8,6	4
16	397,05	BR - 230	MA	Ponte sobre o Rio Maravilha	150044	70	8,6	4
17	408,01	BR - 230	MA	Ponte sobre o Rio Maravilha 1	150231	70	16,4	3
18	432,84	BR - 230	MA	Ponte sobre o Ribeirão do Coco	150037	34	12,8	3
19	456,28	BR - 230	MA	Ponte sobre o Rio Maravilha 2	150173	40	12,85	3
20	27	BR-330	MA	Ponte sobre o Riacho Passagem de Pedra		18,1	10	

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
21	40	BR-330	MA	Ponte sobre o Riacho do Boto		20,1	10	
22	50	BR-330	MA	Ponte sobre o Riacho Balsinha		34,3	10	
23	51	BR-330	MA	Ponte sobre o Riacho Brejo Comprido		40,2	10	
24	77	BR-330	MA	Ponte sem nome		20,1	10	
25	87	BR-330	MA	Ponte sobre o Riacho Babilônia		20,1	10	
26	105	BR-330	MA	Ponte sobre o Riacho Babilônia II		24,1	10	
27	139	BR-330	MA	Ponte sobre o Riacho Estiva		60	10	

Tabela 06 - Relação de OAEs previstas no Lote 02 - (PTO de Macapá/AP)

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código	Comprimento (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
1	381,52	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Araguari	OAE156APN008567W511928	600	11,91	3
2	473,39	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Tartarugalzinho	OAE156APN011166W509148	80	11,6	3
3	480,15	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. Montanha	OAE156APN016443W509042	30,55	11	4
4	482,42	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Itauba	OAE156APN018473W509015	40	11,6	3
5	489,73	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Cujubinzinho	OAE156APN015081W509143	51,43	11,6	4
6	494,96	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Cujubim Grande	OAE156APN018831W509245	50	11,5	4
7	502,55	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Flexal	OAE156APN013326W508795	103,95	11,25	4
8	506,49	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Henrique	OAE156APN016498W508775	65	10,8	4
9	513,23	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Breu	OAE156APN012410W508767	85,31	11,85	4
10	523,08	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Água Branca/Ponte sobre o Igarapé da Serra	OAE156APN010982W508693	72,53	11,1	4
11	525,99	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Davi	OAE156APN013147W508611	45	11	4
12	554,26	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig da Rasa	OAE156APN029031W508887	134,64	10,9	4
13	557,86	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Bracinho	OAE156APN022222W508916	39,32	11,3	4
14	561,68	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Amapá Grande	OAE156APN025602W508970	153,7	11,6	4
15	565,23	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Ingá	OAE156APN028611W509065	48,5	10,8	4
16	593,23	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Cortiçal	OAE156APN029561W509595	53,7	10,8	4
17	601,99	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Calçoene	OAE156APN027394W509704	254,4	11,7	4
18	610,83	BR-156	AP	Ponte sobre o IG SDO 1/ Ponte km 610,91	OAE156APN029804W510231	28,3	11	4
19	623,17	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Boca da Mata/Ponte km 623,61	OAE156APN025974W511127	19,2	11,2	4
20	637,78	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig do Torrão	OAE156APN026063W512264	61,8	11	3
21	638,84	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. SDO 4/ Ponte sobre o Igarapé Torrãozinho	OAE156APN026070W512300	30,2	11	4
22	645,07	BR-156	AP	Ponte sobre o IG SDO 5 / Igarapé Capitão	OAE156APN029020W512725	20	11	4
23	648,08	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Coroca	OAE156APN021398W512856	28,7	11	4
24	648,16	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Izaura	OAE156APN025324W513100	29,7	11	4
25	653,17	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig SDO 6/Ponte o Igarapé Maciel	OAE156APN026421W513152	36,6	11,2	4
26	654,58	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig do Treze/Ponte sobre o Igarapé Carnot Pequeno	OAE156APN027349W513179	35	10,9	3
27	776,62	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Estrela	OAE156APN039840W517407	36,5	11	2

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código	Comprimento (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
28	786,66	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Piquiá	OAE156APN037187W517826	36,5	11,8	4
29	796,74	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig da Palha	OAE156APN035718W517683	19,2	11	4
30	801,82	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Vinte e um	OAE156APN030173W517731	30	11,1	4
31	807,93	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Quatorze	OAE156APN035340W517825	30,2	10,9	4
32	814,51	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Molongo	OAE156APN030870W517827	36,5	11,4	3
33	815,85	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig Cortiço	OAE156APN031852W517898	41,1	11	4
34	818,62	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. Patauzinho	OAE156APN033484W518076	30	11,6	4
35	819,25	BR-156	AP	Ponte sobre o Igarapé Patauí II	OAE156APN034470W518210	63,6	11,5	4
36	820,9	BR-156	AP	Ponte sobre o Igarapé Patauí	OAE156APN033665W518123	36,7	12,7	4
37	822,5	BR-156	AP	Ponte Estaiada sobre o Rio Oiapoque (Binacional)	OAE156APN035593W518235	378	15,7	4
38	406,7	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Tracatajuba	OAE156APN012279W510904	60	10,76	4
39	456,38	BR-156	AP	Ponte sobre o Rio Tartarugal grande	OAE156APN019841W509250	106,7	10,8	3
40	456,67	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. Manoel Geraldo	OAE156APN010150W509262	35	11	4
41	466,74	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. Josias	OAE156APN014600W508915	35	10,9	4
42	661,69	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. Amândio	OAE156APS2631110W51340972	37	7	4
43	665	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. Ines	OAE156APS2653849W51353246	37	7	4
44	668,51	BR-156	AP	Ponte sobre o Ig. Ranolfo	OAE156APS2678834W51353536	45,4	7	4
45	1,2	BR - 210	AP	Passarela no Km 1,20	OAE210APS008022W5107340	35	2,2	4
46	1,7	BR - 210	AP	Passarela no Km 1,70	OAE210APS008266W5107739	35	2,2	4
47	2,96	BR - 210	AP	Passarela no Km 2,96	OAE210APS008742W5108689	35	2,2	4
48	3,46	BR - 210	AP	Passarela no Km 3,46	OAE210APS008795W5109187	35	2,2	4
49	9,26	BR - 210	AP	Viaduto sob Linha Férrea no Km 9,26	OAE210APS011465W5113058	10	3	3
50	40,43	BR - 210	AP	Viaduto sob Linha Férrea no Km 40,43	OAE210APS036376W5107868	10	3	3

Tabela 07 - Relação de OAEs previstas no Lote 03 - (PTO de Pedrinhas/MA)

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
1	0,98	BR-135	MA	Viaduto km 0,98 sobre Ferrovia (LE)	150215	38,95	12	4
2	0,99	BR-135	MA	Viaduto km 0,99 sobre Ferrovia (LD)	150157	20,45	9,25	4
3	10,56	BR-135	MA	Viaduto km 10,56 sobre Ferrovia (LE)	150155	39,05	12	4
4	10,56	BR-135	MA	Viaduto km 10,56 sobre Ferrovia (LD)	150156	44,05	12,97	4
5	14,7	BR-135	MA	Viaduto km 14,70 sobre Ferrovia (LD)	150214	46,15	13,22	3
6	14,71	BR-135	MA	Viaduto km 14,71 sobre Ferrovia (LE)	150154	38,85	11,95	4
7	15,59	BR-135	MA	Viaduto km 15,59	150153	40	11,94	4
8	16,36	BR-135	MA	Viaduto sobre Esteira Rolante - Vale	150245	57,5	13,1	4
9	24,4	BR-135	MA	Ponte sobre o Estreito dos Coqueiros (LE)	150128	462	9,85	3

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
10	24,4	BR-135	MA	Ponte sobre o Estreito dos Coqueiros (LD)	150217	457	10,85	4
11	45	BR-135	MA	Viaduto km 45,00 sobre Ferrovia (LE)	150071	32,6	15,9	4
12	45	BR-135	MA	Viaduto km 45,00 sobre Ferrovia (LD)	150247	32,6	15,9	4
13	45,65	BR-135	MA	Ponte km 45,65 (LE)	150066	7	13,6	4
14	45,65	BR-135	MA	Ponte km 45,65 (LD)	150243	7	13,6	4
15	50,02	BR-135	MA	Ponte km 50,02 (LE)	150046	12	13,6	4
16	50,02	BR-135	MA	Ponte km 50,02 (LD)	150242	12	13,6	4
17	50,84	BR-135	MA	Viaduto km 50,84	150240	26	23,4	4
18	51,04	BR-135	MA	Viaduto km 51,04	150241	26	23,4	4
19	70,63	BR-135	MA	Ponte km 70,63	150119	7,05	8,3	2
20	71,7	BR-135	MA	Ponte km 71,70	150138	7,2	8,3	3
21	73,27	BR-135	MA	Ponte km 73,27	150085	11,2	8,3	3
22	77,2	BR-135	MA	Ponte km 77,20	150139	6,66	8,4	3
23	79,15	BR-135	MA	Ponte sobre o Igarapé Carema	150140	12	9,3	2
24	82,91	BR-135	MA	Ponte km 82,91	150141	5,5	8,2	3
25	84,61	BR-135	MA	Ponte km 84,61	150120	6,8	8,2	2
26	92,62	BR-135	MA	Ponte sobre o Igarapé do Fugido	150142	6,9	8,4	2
27	92,75	BR-135	MA	Ponte sobre o Igarapé do Fugido	150143	5,9	8,2	2
28	98	BR-135	MA	Ponte km 98,00	150144	5,7	8,3	3
29	99,05	BR-135	MA	Ponte km 99,05	150121	6,2	8,6	2
30	104,66	BR-135	MA	Ponte km 104,66	150145	5,2	8,6	2
31	110,3	BR-135	MA	Ponte km 110,30	150146	6,8	8,1	2
32	113,67	BR-135	MA	Ponte km 113,67	150236	6,8	8,3	4
33	118,5	BR-135	MA	Ponte km 118,50	150237	7,4	8,15	2
34	122,97	BR-135	MA	Ponte km 122,97	150238	7,4	8,15	2
35	128,96	BR-135	MA	Ponte km 128,96	150147	11,3	8,2	3
36	129,66	BR-135	MA	Ponte km 129,66	150122	10,9	8,4	2
37	131,51	BR-135	MA	Ponte km 131,51	150123	11,37	8,25	3
38	135,09	BR-135	MA	Ponte km 135,09	150124	10,8	8,1	3
39	137,82	BR-135	MA	Ponte sobre o Igarapé Jundiáí	150125	16,45	7,8	2
40	142,61	BR-135	MA	Pontilhão km 142,61	150234	6,65	8,58	3
41	143,64	BR-135	MA	Ponte km 143,64	150126	11,52	8,2	2
42	148,11	BR-135	MA	Ponte sobre o Braço do Riacho Barro Branco	150148	11,03	8,37	2
43	150,43	BR-135	MA	Ponte km 150,43	150149	10,8	7,53	3
44	155,12	BR-135	MA	Ponte km 155,12	150150	17,04	7,56	3

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
45	183,5	BR-135	MA	Ponte km 183,50	150151	10,8	7,25	2
46	188,25	BR-135	MA	Ponte km 188,25	150127	17,38	8,4	2
47	80,5	BR-222	MA	Ponte sobre o Riacho Angelin	150086	9,3	8,2	4
48	83,84	BR-222	MA	Ponte sobre o Riacho Lima	150087	11,3	8,2	4
49	87,22	BR-222	MA	Ponte km 87,22	150090	8,9	8,2	4
50	89,81	BR-222	MA	Ponte km 89,81	150073	9,2	8,2	3
51	99,79	BR-222	MA	Ponte km 99,79	150091	9,4	8,2	3
52	112,85	BR-222	MA	Ponte km 112,85	150092	13,2	8,2	2
53	114,92	BR-222	MA	Ponte km 114,92	150093	8,2	8,2	3
54	116,41	BR-222	MA	Ponte sobre o Riacho Alto Alegre	150094	77,1	10,8	2
55	122,15	BR-222	MA	Ponte km 122,15	150095	12,9	8,2	4
56	130,01	BR-222	MA	Ponte km 130,01	150159	13,4	8,2	4
57	131,74	BR-222	MA	Ponte km 131,74	150096	13,4	8,2	4
58	144,91	BR-222	MA	Ponte sobre o Rio Iguará	150101	169,2	9,4	4
59	157,8	BR-222	MA	Ponte sobre o Riacho Paulica	150219	69,8	10,85	3
60	180,24	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Ipiranga	150239	9,15	8,3	3
61	181,46	BR-222	MA	Ponte km 181,46	150097	8,1	8,3	4
62	187,98	BR-222	MA	Ponte km 187,98	150098	13,5	8,3	2
63	202,84	BR-222	MA	Pontilhão km 202,84	150220	8,8	8,2	3
64	203,74	BR-222	MA	Ponte km 203,74	150099	4,7	8,1	3
65	213,07	BR-222	MA	Ponte km 213,07	150160	11,7	8,4	4
66	214,93	BR-222	MA	Ponte km 214,93	150074	17,3	8,4	3
67	217,71	BR-222	MA	Ponte sobre o Rio Flechas	150105	6,4	8,3	4
68	0,65	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Mata Fome	150059	6,36	11,3	3
69	2,52	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Rasga	150061	6	10,87	3
70	2,94	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Seco	150064	6	10,95	3
71	7,97	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Precau	150060	6,6	10,9	3
72	14,33	BR-402	MA	Ponte sobre o Riacho Seco	150065	6,6	8,22	3
73	15,9	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Seco	150205	13,2	8,2	4
74	17,2	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Andirobal	150203	8,8	8,2	4
75	17,9	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Nambuaçu	150137	13,4	8,2	3
76	18,6	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Miritiua	150204	13,2	8,12	4
77	25,8	BR-402	MA	Ponte sobre o Igarapé Limoeiro	150058	11	8,2	3
78	134,98	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Alegre	150062	50	9,1	2
79	106,01	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Periaá	150063	70	9,15	2

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
80	186,69	BR-222	MA	Ponte km 186,69	150129	13,2	8,3	4
81	16,08	BR-135	MA	Viaduto km 16,08 sobre Ferrovia	150152	36	13	4
82	0,29	BR-135	MA	Viaduto Ferroviário km 0,29	150158	31	4,8	4
83	207,61	BR-222	MA	Ponte sobre o Rio Itapecuru Mirim	150161	112	12,8	3
84	113,35	BR-402	MA	Ponte km 113,35	150202	85	9,1	2
85	175,32	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Cocal	150206	50	9,2	1
86	9,17	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Itapecuru	150207	279	10,3	4
87	88,89	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Marapy	150208	50	8,15	4
88	36,77	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Munin	150209	291	9,58	4
89	46,98	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Pacas	150210	95	9,1	4
90	39,19	BR-402	MA	Ponte sobre o Rio Una	150211	81	9,6	4
91	18,54	BR-135	MA	Viaduto sobre a BR-135	150216	50,6	9,5	4
92	0,3	BR-135	MA	Viaduto Ferroviário km 0,30	150244	30	5,9	4
93	98,07	BR-222	MA	Ponte sobre o Riacho Fundo	150246	172	10,8	1

Lote 04

Tabela 08 - Relação de OAEs previstas no Lote 04 - (PTO de Santa Inês/MA)

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
1	262,74	BR-222	MA	Ponte sobre o Riacho Bombasa	150221	7,35	7,5	1
2	277,81	BR-222	MA	Ponte km 277,81	150072	16,5	8,13	2
3	280,31	BR-222	MA	Ponte sobre o Rio Mearim	150116	242,1	10,08	3
4	289,63	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Jaguari	150107	30	10,33	4
5	294,23	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Prequeú	150109	9,75	8,45	3
6	325,69	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Prequeú	150110	49,64	10,1	3
7	331,89	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé São Benedito	150111	9,8	9,94	3
8	333,52	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Pragueizunho	150108	9,7	9,92	3
9	335,61	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Dentro	150100	7,65	10,1	2
10	337,62	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé do Meio	150103	11	9,95	4
11	340,25	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Grande	150104	10,3	10	4
12	346,12	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Bate Estaca	150102	25,5	9,95	3
13	363,16	BR-222	MA	Ponte km 363,16	150014	10,7	9	2
14	372,74	BR-222	MA	Ponte km 372,74	150016	9	8,3	1
15	373,58	BR-222	MA	Ponte km 373,58	150017	27	8,25	2
16	387,27	BR-222	MA	Ponte sobre Igarapé Água Bela	150018	12	8,15	2
17	387,96	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Gamela	150021	16,99	12,9	4
18	391,85	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Seco	150022	20	12,95	2
19	394,63	BR-222	MA	Ponte sobre o Córrego Fazendinha	150020	39,5	10,75	4
20	405,46	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé do Batatal	150019	17	8,3	2
21	410,07	BR-222	MA	Ponte sobre o Igarapé Sabiá	150106	47	12	3
22	423,05	BR-222	MA	Ponte sobre o Rio Gentil	150115	59,8	11,9	2
23	435,58	BR-222	MA	Ponte sobre o Rio Cipoeira	150113	24,3	12	3
24	439,07	BR-222	MA	Ponte sobre o Rio Jeju	150225	46	12	4
25	56,67	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Maracaçumé	150196	100	9,7	3
26	109,89	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Paruá	150195	100,1	9,9	4
27	160,47	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Turiaçu	150194	100	10,9	2
28	251,11	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Pindaré	150130	263,7	9,54	3
29	253,11	BR-316	MA	Ponte sobre o Braço do Rio Pindaré	150193	30	9,75	3
30	284,01	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Grajaú	150226	250	9,7	2
31	287,34	BR-316	MA	Ponte sobre o Igarapé da Cigana	150197	43	9,65	4

Item	km	BR	UF	Nome da Estrutura	Código (SGE)	Compr. (m)	Larg. (m)	Nota Técnica
32	288,78	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Aranha	150227	30	9,65	4
33	464,62	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Codozinho	150050	175	10	2
34	377,21	BR-316	MA	Ponte sobre o Igarapé Santo Antônio	150134	10,85	8	2
35	481,43	BR-316	MA	Ponte sobre o Rio Seco	150189	99	9,9	3

1.4. Os prazos de vigência para os 04 (quatro) lotes se darão da forma descrita abaixo, podendo ser prorrogados, desde que justificado, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do [artigo 111, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- Lote 01 – 17 (dezessete) meses;
- Lote 02 - 23 (vinte e três) meses;
- Lote 03 - 29 (vinte e nove) meses; e
- Lote 04 - 20 (vinte) meses.

1.5. O marco inicial de contagem da vigência será a assinatura do contrato, ainda que anterior ou posterior à publicação do extrato no Diário Oficial da União, de que trata o art. 94, *caput*, da [Lei nº 14.133/21](#).

1.6. Os prazos de execução dos serviços para os 04 (quatro) lotes serão o descritos abaixo:

- Lote 01 - 11 (onze) meses;
- Lote 02 - 17 (dezessete) meses;
- Lote 03 - 23 (vinte e três) meses; e
- Lote 04 - 14 (quatorze) meses.

1.7. O marco inicial da contagem da execução será da “Ordem de Início de Serviço”.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (art. 6º, inciso XXIII, alínea *b*, art. 18, §1º, da [Lei nº 14.133/21](#) e art. 6º e ss. da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - IN SEGES/ME nº 58/22](#)).

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir (art. 12, inciso VII e art. 18, *caput*, da [Lei nº 14.133/21](#); [IN SEGES/ME nº 58/22](#) e [Decreto nº 10.947/22](#)):

- I - ID PCA no PNCP: [04892707000100-0-000013/2026](#);
- II - Data de publicação no PNCP: [30/04/2025](#);
- III - Id do item no PCA: [257; 258; 259 e 260](#);
- IV - Classe/Grupo: [542](#);
- V - Identificador da Futura Contratação: [393003-124/2026](#);
- VI - Número do Documento de Formalização da Demanda: [482/2025](#).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. O DNIT lançou o Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas - PROARTE, mediante a Instrução Normativa nº 9/2022, que estabelece procedimentos a serem utilizados na Manutenção das OAEs, visando minimizar custos e riscos e maximizar os benefícios dos usuários.

3.2. Cumpre ressaltar que, a despeito de a descrição da solução como um todo se encontrar pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, as tabelas a seguir contêm as informações essenciais para o lançamento dos itens no sítio eletrônico "[Compras.gov.br](#)" (art. 3º, da [Lei nº 12.305, de 2010](#); art. 6º, inciso XXIII, alínea *c* e art. 18, §1º, inciso VII, da [Lei nº 14.133/21](#); art. 6º, da [IN SEGES/ME nº 58/22](#) e art. 9º, inciso III, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022 - IN SEGES/ME nº 81/22](#)):

Tabela 09 - Informações do Lote 01 (PTO de Barão de Grajaú/MA) Fonte: ComprasGov

ITEM	CATMAT CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	22225	Serviço de Engenharia Manutenção	SV	01	R\$ 4.809.753,80	R\$ 4.809.753,80

Tabela 10 - Informações do Lote 02 (PTO de Macapá/AP) Fonte: ComprasGov

ITEM	CATMAT CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	22225	Serviço de Engenharia Manutenção	SV	01	R\$ 17.075.244,81	R\$ 17.075.244,81

Tabela 11 - Informações do Lote 03 (PTO de Pedrinhas/MA) Fonte: ComprasGov

ITEM	CATMAT CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	22225	Serviço de Engenharia Manutenção	SV	01	R\$ 11.637.918,43	R\$ 11.637.918,43

Tabela 12 - Informações do Lote 04 (PTO de Santa Inês/MA) Fonte: ComprasGov

ITEM	CATMAT CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	22225	Serviço de Engenharia Manutenção	SV	01	R\$ 6.565.161,04	R\$ 6.565.161,04

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O LICITANTE deverá observar aos requisitos adiante apresentados, sem detrimento da "habilitação técnica", objeto de tópico específico deste TR - "CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR" - (registrados nos Sistemas TR DIGITAL E ETP DIGITAL, nos termos do art. 9º, inciso IV, da [IN SEGES/ME nº 81/22](#) e art. 9º, inciso II, da [IN SEGES/ME nº 58/22](#)):

VISTORIA / VISITA TÉCNICA

4.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o LICITANTE poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, em períodos a serem definidos pelas Unidades do DNIT, sendo acompanhadas por um Engenheiro da mesma unidade que certificará a visita, expedindo o atestado de visita que contenha informações técnicas das obras (art. 63, §§ 2º e 3º, da [Lei nº 14.133/21](#)).

4.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.4. Para a vistoria, o LICITANTE ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5. Por ocasião da vistoria, ao LICITANTE ou ao seu representante legal poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a LICITANTE vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. A LICITANTE deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.8. Cumpre mencionar que não existe obrigatoriedade da vistoria, e, caso a LICITANTE não queira participar da visita nos dias programados, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo, portanto, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para efetuar quaisquer questionamentos futuros que possam ensejar avenças técnicas ou financeiras com o DNIT.

4.9. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto às Superintendências Regionais, conforme informações a seguir: João Marcelo Santos Souza, Contato: (98) 2107-4034, e-mail: joao.m.souza@dnit.gov.br e Marcello Vieira Linhares, Contato: (96) 3082-4031, e-mail: sre.ap@dnit.gov.br.

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

4.10. Antes do início dos serviços em cada OAE, a CONTRATADA deverá, em conjunto com a fiscalização, realizar novas inspeções em cada estrutura e, valendo-se do seu conhecimento técnico, propor uma relação dos serviços a serem executados em cada uma delas. Essa proposta, que deverá ter como referência o Plano de Trabalho, previamente elaborado pelo DNIT e que integra o edital de licitação, deverá ser avaliada e aprovada pela fiscalização. As quantidades de serviços propostas pela CONTRATADA serão estimadas considerando a dificuldade em acertar a quantidade exata.

4.11. A empresa vencedora do certame estará impedida de iniciar a execução dos serviços previstos em edital sem que tenha sido executado o procedimento supracitado. A não observação do disposto no presente item poderá ensejar instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, nos termos do normativo vigente no órgão e rescisão contratual.

4.12. Após o início da execução dos serviços de cada OAE, a CONTRATADA entregará novo relatório com a indicação dos serviços executados, contendo fotos que mostrarão as situações antes, durante e depois das intervenções, onde serão apuradas as quantidades exatas dos serviços executados, baseado no Plano de Trabalho, apresentado pela empresa contratada e aprovado pela fiscalização. Ressalta-se que as fotos deverão permitir a avaliação das dimensões e quantidades dos serviços executados. Caso a empresa entenda ser necessária a execução de algum serviço não inicialmente previsto no plano de trabalho, ela deverá comunicar a fiscalização que aprovará, ou não, a execução do serviço, considerando sua prévia disponibilidade na planilha contratual ou a necessidade de celebrar termo aditivo.

4.13. A aceitabilidade de cada OAE deverá ser avaliada pela fiscalização, a qual emitirá o atestado de conformidade, e indicada na FICHA DE INSPEÇÃO – MODELO PROPOSTO PELA CONTRATADA, e estará condicionado à correta execução e atestação dos serviços, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT e do DNIT.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.14. A empresa CONTRATADA deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

- 4.14.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- 4.14.2. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
- 4.14.3. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados, visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- 4.14.4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis, produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contratar as Associações e/ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- 4.14.5. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando-se o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União - AGU, vide "[Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU](#)".
- 4.14.6. Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
- 4.14.7. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
- 4.14.8. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a [Resolução CONAMA nº 401/2008](#), revogada parcialmente (art. 16) pela [Resolução CONAMA nº 423/2010](#);
- 4.14.9. Atendimento aos padrões indicados pela [Resolução CONAMA Nº 20/1994](#), quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- 4.14.10. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como: óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
- 4.14.11. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental;
- 4.14.12. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- 4.14.13. Atendimento às Instruções de Serviços do DNIT, principalmente a [Instrução Normativa nº 61, de 17 de setembro de 2021 - IN nº 61/2021](#), que versa sobre a Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.
- 4.14.14. A CONTRATADA deverá ainda elaborar um programa de recuperação da área afetada pela intervenção, para as atividades de manutenção em OAEs que necessitem de implantação de canteiro de obras e vias de acesso.

4.14.15. Ressalta-se que para a recuperação ambiental devem ser seguidas as Normativas do DNIT que abordam o tratamento de áreas de uso de obras e que se referem a revegetação arbórea e arbustiva, vegetação herbácea, enleivamento e hidrossemeadura.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

4.15. Para as OAEs localizadas nos segmentos enquadrados na [Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020](#), que trata da Regularização Ambiental Federal de Rodovias Federais pavimentadas, temos a Autorização de Operação (AO) nº 14471114/2022 (SEI nº 13331608) para o estado do Maranhão e a Autorização de Operação - Retificação nº 21265492/2024 (SEI nº 19707594) para o estado do Amapá. Será necessária o cumprimento de suas condicionantes ambientais, para a execução dos serviços contratados.

4.16. A CONTRATADA deverá verificar junto às Superintendências Regionais a Autorização de Operação emitida para o Estado. Mediante a obtenção da Autorização de Operação, ficam autorizadas as atividades descritas no artigo 10º da Portaria supracitada ([PI nº 1/2020](#)).

4.17. Caso não tenha sido emitida, deverá prosseguir de acordo com as regras de transição, determinadas pelo art. 16, § 4º da [Portaria Interministerial nº 01/2020](#):

"(...) Art. 16. As rodovias objeto desta Portaria sujeitas a licenciamento ambiental ou em processo de regularização ambiental federal deverão se adequar às disposições ora previstas.

[...]

§ 4º Até a emissão de Autorização de Operação prevista nesta Portaria, devem ser observadas as seguintes regras de transição:

I - Nos trechos rodoviários enquadrados nesta Portaria e que foram contemplados em TCRA's, ficam autorizadas as atividades previstas no art. 8º da Portaria Interministerial MMA/MT nº 288, de 2013, e no art. 19 da Portaria MMA nº 289, de 2013, desde que observados os respectivos procedimentos de comunicação prévia ao órgão licenciador e de mitigação e controle ambiental;

II - Nos trechos rodoviários enquadrados nesta Portaria e que não foram contemplados em TCRA's, ficam autorizadas apenas as atividades de manutenção e desde que sejam adotados os procedimentos de comunicação prévia ao órgão licenciador e de mitigação e controle ambiental similares aos exigidos nas hipóteses do inciso I deste parágrafo.(...)"

4.18. Na transição, de acordo com o Parágrafo 1º, do artigo 19, da [Portaria nº 289/2013 \(MMA\)](#), revogada parcialmente pela [Portaria nº 365/2014 \(Altera o Anexo II da Portaria nº 289, de 16 de julho de 2013\)](#), as atividades de manutenção autorizadas no âmbito do PROFAS deverão ser comunicadas ao IBAMA, para manifestação, mediante Relatório de Comunicação de Obras (RCO), com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias antes do seu início. O modelo para confecção do RCO será disponibilizado pelo DNIT.

4.19. A CONTRATADA deverá apresentar às respectivas Unidades Locais do DNIT o Relatório de Comunicação de Obras, que será avaliado pela Superintendência Regional e, caso necessário, devolvido para alterações ou complementações.

4.20. A CONTRATADA deverá ainda, apresentar o Relatório de Comunicação de Obras e a Caracterização da Área de Preservação Permanente ou o Inventário Florestal, em prazo hábil, à Unidade Local do DNIT responsável, para fins de validação. Após a validação, os documentos serão encaminhados pela Superintendência Regional ao IBAMA, com cópia para a Coordenação-Geral de Meio Ambiente (CGMAB), para os devidos trâmites necessários ao cumprimento das determinações da [Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020](#), o cumprimento dos prazos previstos.

4.21. Para as OAEs localizadas em segmentos não enquadrados na [Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020](#), caberá à CONTRATADA apoiar o DNIT, elaborando os estudos necessários para a obtenção do Licenciamento Ambiental Ordinário junto ao órgão ambiental competente.

4.22. No âmbito da Regularização Ambiental Federal de Rodovias Federais Pavimentadas, se faz obrigatória a CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), caso não seja necessária a supressão de vegetação com rendimento lenhoso ou de espécies legalmente protegidas, ou o INVENTÁRIO FLORESTAL que deverá ser apresentado à fiscalização do contrato para os casos em que haja necessidade de supressão vegetal com rendimento lenhoso ou de espécies legalmente protegidas. A Caracterização da Área de Preservação Permanente (APP) ou o Inventário Florestal serão protocolados no IBAMA para obtenção da Autorização de Supressão Vegetal – ASV, que permitirá acesso à APP para execução dos serviços contratados. A definição de rendimento lenhoso se encontra no inciso XV, do art. 3º, da [Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020](#).

4.23. Ainda, com relação a Supressão de Vegetação em Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme os ofícios nºs 375/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC de 17/10/2019, Ofício-Circular nº 3721/2019/ACE - DPP/DPP/DNIT SEDE de 08/10/2019 e o OFÍCIO Nº 80/2024/DILAC/CALAF/DILIC/IBAMA de 14/06/2024, a supressão de vegetação em OAEs com notas 1 e 2 no Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais (SGO), e por se tratar de situação excepcional, envolvendo riscos maiores a integridade humana e do meio ambiente, as obras com urgência e emergência, poderão efetuar intervenção imediata para conter e recuperar a área, visando exclusivamente a retomada do seu pleno tráfego, sem necessidade de solicitar manifestação prévia ao IBAMA.

4.23.1. Para tanto, tão breve quanto possível após a intervenção, um laudo técnico elaborado por profissional competente, deverá ser encaminhado ao Instituto, contemplando:

- a) Caracterização da situação de emergência/urgência e do local de ocorrência, incluindo registro fotográfico;
- b) Número do processo de licenciamento;
- c) Posição georreferenciada do local (latitude/longitude);
- d) Descrição sucinta da área no tocante aos componentes ambientais e interferência em APPs, informando o tipo de cobertura vegetal e o quantitativo da área a ser afetada (estimativa);
- e) Descrição das obras, serviços e intervenções destinados as correções que se fazem necessárias, acompanhado de croquis ou projeto básico;
- f) Medidas mitigadoras a serem executadas (medidas ambientais adotadas);
- g) Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica/ART e de registro no Cadastro Técnico Federal/IBAMA dos técnicos responsáveis pela elaboração do documento.

4.24. Em casos urgentes e emergenciais, as áreas em que forem necessárias a supressão de vegetação com rendimento lenhoso, não se configura necessária emissão de Autorização de Supressão posterior, no sistema SINAFLO. Contudo, o empreendedor deverá encaminhar relatório final da supressão, após o término das obras realizadas, as informações solicitadas nos itens das letras a), b), c), d), e), f) e g) do parágrafo acima, a apresentação de projeto de plantio compensatório contemplando quantitativo em hectares de reposição florestal, para aprovação pelo IBAMA. Após a conclusão dessas ações, deverá apresentar ao DNIT o relatório técnico consolidado, comprovando a execução dessas atividades.

4.25. Ademais, frisa-se que em necessidade de transporte dos produtos florestais resultante da supressão de vegetação nativa faz-se necessário Documento de Origem Florestal/DOF.

4.26. Nas OAEs com notas 3, 4 e 5 no SGE, persiste a obrigatoriedade de se obterem as respectivas Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV previamente, para os casos em que haja intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP (independentemente de haver supressão de vegetação ou não).

4.27. A empresa CONTRATADA só poderá realizar os serviços na região de APP após a emissão do documento que autoriza a intervenção pelo IBAMA. Sendo assim, enquanto é aguardada a emissão deste documento, a empresa contratada não poderá realizar qualquer tipo de intervenção não autorizada na OAE e, assim, não poderá requerer qualquer forma de remuneração do DNIT em razão da espera.

GARANTIA DO OBJETO

4.28. A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no art. 618 do [Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002](#): "Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo."

GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 4.29. Deverá ser prestada garantia na forma prevista na [Instrução Normativa nº 08/DG-COTEC/DG/DNIT SEDE, de 15 de maio de 2025](#) (SEI! nº 21159065), ou a IN vigente na assinatura do contrato.
- 4.30. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.31. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte ADJUDICATÁRIA deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.32. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), como consta da [Instrução Normativa nº 08/DG-COTEC/DG/DNIT SEDE, de 15 de maio de 2025](#) (SEI! nº 21159065).
- 4.33. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração em promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da [Lei nº 14.133/21](#).
- 4.33.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.33.2. Caso o ADJUDICATÁRIO não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.33.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.33.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.33.5. Caso o ADJUDICATÁRIO não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.34. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.35. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.36. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.37. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.37.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.38. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.38.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.38.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.38.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.39. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial
- 4.40. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.41. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.42. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada
- 4.43. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.43.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.43.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.44. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.44.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.44.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.45. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.46. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.47. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.48. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- 4.49. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante, na forma do art. 120, da [Lei nº 14.133/21](#); bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com o subcontratado pelo cumprimento das obrigações (art. 121, da [Lei nº 14.133/21](#)).

GARANTIA ADICIONAL

- 4.50. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA. Assim, caso opte pela modalidade seguro-garantia, é obrigatório que a ADJUDICATÁRIA contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 4.51. Em razão da contratação de obras e serviços de engenharia, necessária a apresentação da garantia adicional da ADJUDICATÁRIA cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na forma do art. 59, §5º, da [Lei nº 14.133/21](#).

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.52. Não é admitida a participação de consórcios, eis que as atividades de manutenção (conservação/restauração), não exige alta complexidade técnica, pois trata-se de objeto de menor vulto e com baixa existência de riscos na responsabilidade solidária. Assim, evita-se restrição à competitividade e garante o princípio da eficiência, já que empresas isoladas possuem capacidade técnica e econômica para executar o objeto do presente certame licitatório.

PREFERÊNCIA

4.53. Não é aplicável as margens de preferência previstas no art. 5º do [Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010](#) (contratação de bens e serviços de informática e automação).

SUBCONTRATAÇÃO

4.54. É admitida a subcontratação, caso previamente aprovada pelas Superintendências Regionais do DNIT nos estados do Maranhão e Amapá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, desde que não contemplem os serviços exigidos na habilitação do presente Termo de Referência, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor contratado (art. 122, da [Lei nº 14.133/21](#)) para os lotes. No caso de as licitantes optarem pós subcontratar partes dos serviços, esta deverá formalizar sua intenção e ter a aprovação da fiscalização do contrato.

4.55. Os serviços que poderão ser subcontratados estão descritos na planilha abaixo:

SERVIÇOS SUBCONTRATADOS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO NA MANUTENÇÃO DE OAEs - PROARTE		
CÓDIGO	QUADRO DE SERVIÇOS	UNID.
	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	
0407819	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	KG
1107900	Concreto fck = 30 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	M³
1207719	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em superfícies inclinadas e verticais	M³
1207721	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em teto	M³
1608024	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 20 mm	M
1608026	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 25 mm	M
3108150	Fôrma metálica curva em chapa 3/16 reforçada com nervuras de 40 mm x 3/16 dispostas em grelhas de 40 x 60 cm - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²
3806407	Pingadeira de elastômero perfil 40 x 40 mm com aba inclinada e fixada com adesivo estrutural e pinos - fornecimento e instalação - exclusiva a plataforma	M
3806410	Plataforma de trabalho suspensa sob tabuleiro de pontes com treliças metálicas e tábuas - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²
3806411	Plataforma mecanizada de inspeção sob pontes com capacidade de 500 kg e alcance de 15 m	M³
3806428	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de até 4 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	M³
3806429	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de 4 a 6 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	M³
3806430	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de 6 a 8 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	M³
4915740	Roçada manual	HA
4915764	Poda de árvores com até 5 m de altura	M³
4915765	Poda de árvores com 5,0 m a 7,5 m de altura	M³

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

4.56. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original sejam observados pela nova pessoa jurídica e mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; bem assim, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e a Administração tenha anuído expressamente à continuidade do contrato.

TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.57. O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

5.1. Executar os serviços, objeto desta licitação, observando este Termo de Referência e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes no DNIT, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

5.2. Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, em que constarão todas as informações técnicas dos serviços.

5.3. Emitir Relatório de Controle de Serviços de cada OAE do Plano de Trabalho após os termos dos serviços, onde deverá ser apresentado os serviços executados. Devem constar neste relatório a data de início e término dos serviços, bem como os quantitativos e a descrição dos locais da OAE onde foram executados os serviços. Deverá apresentar o comparativo dos serviços previstos **[LEVANTAMENTO ESTIMADO DE QUANTITATIVO DE SERVIÇOS - ANEXO I (SEI nº**

22628051), ANEXO II (SEI! nº 22628170), ANEXO III (SEI! nº 22628246) e ANEXO IV (SEI! nº 22697238)] e os serviços executados em contrato. Todo o material produzido deve ser enviado para o Sistema de Gerenciamento de Manutenção (SUPRA), para a fiscalização e para a Sede, a fim de auxiliar na gestão das informações.

- 5.4. Antes ou durante a execução dos serviços previstos, caso sejam identificados possíveis riscos aos usuários e à estrutura em alguma OAE incluída no escopo do contrato, a situação deverá ser comunicada IMEDIATAMENTE à fiscalização para que sejam adotadas as providências necessárias, como restrição de tráfego, interdição parcial ou declaração de emergência.
- 5.5. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.
- 5.6. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do DNIT em relação a serviços e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.
- 5.7. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando, quando for o caso, equipamento de proteção individual (EPI) apropriado. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 5.8. Comunicar ao DNIT, sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.
- 5.9. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.
- 5.10. Sempre que solicitado pelo Fiscal do contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao contrato.
- 5.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.12. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 5.13. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.
- 5.14. Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução, quando solicitado.
- 5.15. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital.
- 5.16. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 5.17. Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.
- 5.18. A CONTRATADA fica obrigada, quando demandando pelo DNIT, a elaborar o Relatório de Comunicação de Obras (RCO).
- 5.19. Elaborar e manter o Diário de Obras, que será preenchido diariamente pelo engenheiro residente da empresa e pelo fiscal do DNIT. Ao término de cada mês, uma via do Diário de Obras deverá ser anexado à medição mensal dos serviços executados, devendo permanecer outra via arquivada no canteiro de obras da empresa.
- 5.20. Providenciar, já no primeiro mês de vigência do contrato, a implantação de placas institucionais da obra, no início e no fim de cada segmento, conforme modelo a ser definido, sem ônus ao DNIT. A empresa também será responsável pela manutenção das placas de identificação das obras;
- 5.21. Manter sua avaliação acima da nota 6, conforme **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS contida na INSTRUÇÃO NORMATIVA DNIT Nº 39, DE 28 DE JULHO DE 2021, ou instrução mais recente que venha substituí-la;**
- 5.22. Fornecer, mensalmente, declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no art. 121, da [Lei nº 14.133/21](#), conforme a seguir:

"(...) MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº _____ que tem por objetivo a execução de _____ declaro, para os efeitos do art. 121, da Lei nº 14.133/21, que relativamente ao mês de _____ de 20____, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.(...)"

- 5.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.24. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.25. A empresa deverá manter no canteiro de obras cópia do contrato, CREA e ART do engenheiro responsável técnico, licenças ambientais e demais documentos referentes aos serviços.
- 5.26. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 77 e 156 e ss. 87 da [Lei nº 14.133/21](#).
- 5.27. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 5.28. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 5.29. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 5.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 5.31. Alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da LICITANTE vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
- 5.32. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis resultantes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §5º, do art. 103, c/c inciso I, do art. 124, da [Lei nº 14.133/21](#).
- 5.33. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 5.34. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela [Lei nº 13.146, de 2015](#) (art. 116 da [Lei nº 14.133/21](#)).
- 5.35. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (art. 7º, inciso XXXIII, da [Constituição Federal](#)).
- 5.36. Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o replantio de gramas nas valas, recomposição de calçadas, asfaltos e outros.
- 5.37. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

- 5.38. Prestar todos esclarecimento ou informações solicitadas pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 5.39. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, conforme previsão do art. 121 da [Lei nº 14.133/21](#).
- 5.40. O LICITANTE deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme determinação do §1º, do art. 63, da [Lei nº 14.133/21](#).
- 5.41. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da [IN SEGES/MP n. 5/2017](#).
- 5.42. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do [Decreto nº 7.203, de 2010](#).
- 5.43. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 5.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do [Decreto nº 5.975, de 2006](#), de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 5.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do art. 4º, inciso IX, da [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#).
- 5.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#), nos seguintes termos:
- 5.46.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 5.46.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da [Resolução CONAMA nº 307/02](#), a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 5.46.3. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 5.46.4. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 5.46.5. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 5.46.6. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 5.46.7. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 5.47. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 5.48. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 5.48.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 5.48.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;
- 5.49. A CONTRATADA deverá executar o objeto durante o horário comercial, em caso de necessidade de atendimento em horário extra, a CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas não gerando nenhum ônus para o CONTRATANTE.
- 5.50. A CONTRATADA é obrigada a responder por todos os encargos sociais, adicionais (alimentação, EPI, ferramentas, transporte e exames ocupacionais), complementares (cesta básica, assistência médica e seguro de vida), salários, uniformes, impostos e demais encargos inerentes à execução dos serviços prestados.
- 5.51. Também se constitui como obrigação da empresa o registro fotográfico de todos os serviços executados no período, que ajudarão a comprovar a plena execução dos trabalhos. Desse modo, cada encarregado das diversas frentes de serviço deverá dispor de equipamento fotográfico, com a orientação de registrar todas as intervenções realizadas, antes e após sua execução, sem ônus ao DNIT.
- 5.52. Cabe informar que o croqui de identificação e localização das fontes de materiais poderá ser readequado somente em hipótese de fato superveniente (ausência de licenciamento ambiental, falta de material, fechamento da usina, paralisação de operação, entre outros, desde que devidamente comprovados) ou a interesse próprio da Administração. No caso de alteração, o croqui deverá ser remodelado a fim de permitir a remuneração dos transportes de acordo com a realidade da obra.
- 5.53. A CONTRATADA deverá elaborar estudos para definição dos traços das misturas betuminosas, que serão submetidas à aprovação prévia do DNIT.
- 5.54. Divulgar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), [Portaria nº 1.745, de 29 de março de 2021](#) e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT.

6. OBRIGAÇÕES DO DNIT

- 6.1. O DNIT deverá indicar pelo menos um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o art. 117 da [Lei nº 14.133/21](#), assim como, fazer cumprir fielmente o que estabelece este Edital e todas as demais disposições legais para contratação e execução dos serviços e obras rodoviárias.
- 6.2. A fiscalização deverá registrar as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à LICITANTE vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 6.3. Nomear gestor e fiscal administrativo, ou setor administrativo, para o contrato, quando couber.
- 6.4. Proporcionar todas as condições necessárias para que o LICITANTE vencedor possa cumprir o objeto desta licitação.
- 6.5. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

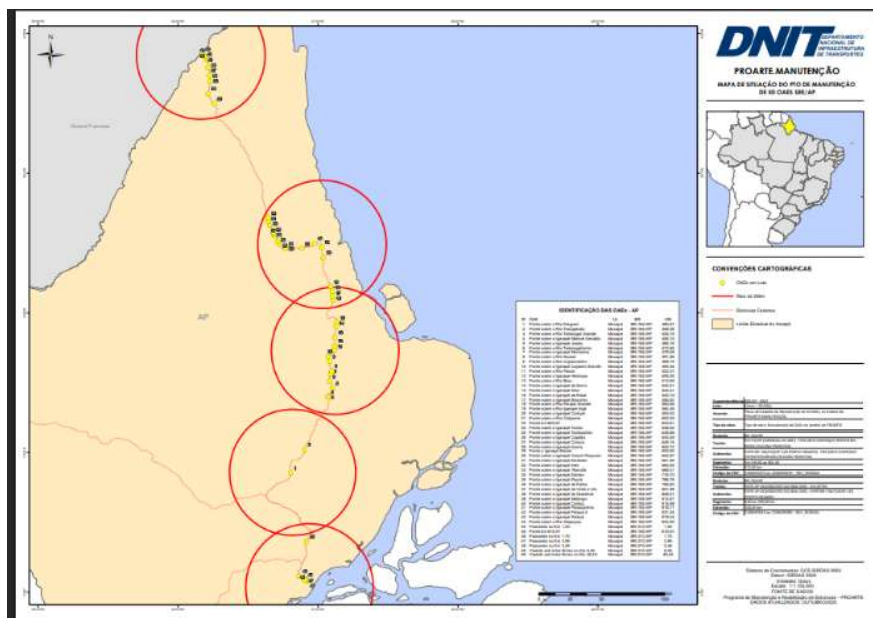


Figura 03: Mapa de Situação de OAE e Mobilização do Lote 03.

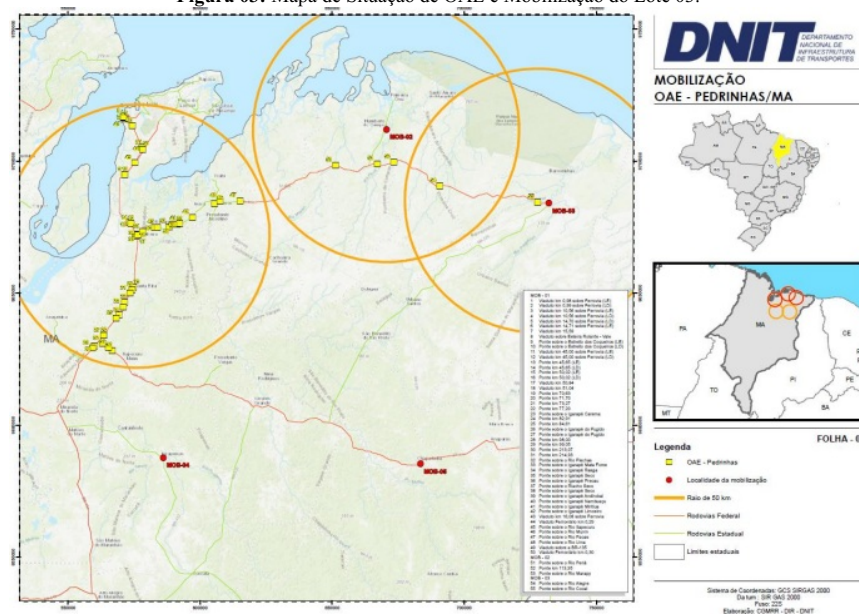
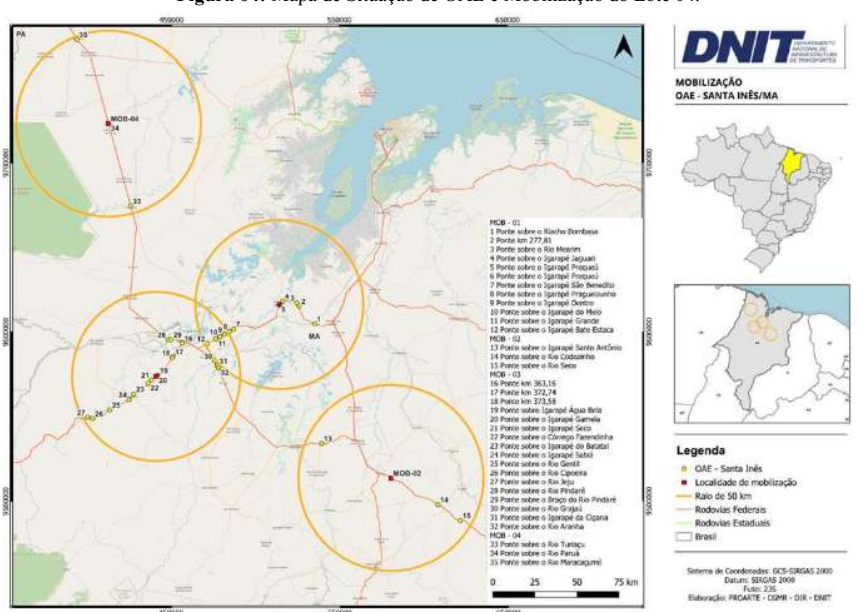


Figura 04: Mapa de Situação de OAE e Mobilização do Lote 04.



INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.3. Conforme o Anexo é apresentado a seguir a planilha de custo estimada para o período contratual contendo os serviços, quantidades e unidades, detalhados em

custos unitários e totais:

Tabela 13 - Planilha de Serviços do Lote 01 (PTO de Barão de Grajaú/MA)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO - UL BARÃO DE GRAJAÚ - LOTE 01					
PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO					
Rodovia BR-230/MA: Trecho : INÍCIO PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA - FLORIANO) - RIO TOCANTINS (DIV MA/TO); Subtrecho: INÍCIO PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA - FLORIANO) - ENTR MA-132 (RIACHÃO) ; Segmento km 0 ao km 482,8; Extensão 482,8 km; Código do SNV 230BMA0910 ao 230BMA1050 - Versão SNV 202507A Rodovia BR-330/MA: Trecho : ENTR BR-230/330/MA-006 (BALSAS) - DIV MA/PI (RIO PARNAÍBA) ; Subtrecho: ENTR BR-230/330/MA-006 (BALSAS) - ENTR MA-006 (ACESSO NORTE TASSO FRAGOSO); Segmento km 0 ao km 141,4; Extensão 141,4 km; Código do SNV 330BMA0005 ao 330BMA0015 - Versão SNV 202507A			Data: Edital: ____/____/____ Lote: 01 Data Base: ABRIL/2025		
CÓDIGO	QUADRO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO				
0407819	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	KG	4.110,63	16,41	R\$ 67.455,47
1107748	Argamassa polimérica de alto desempenho projetada para reparos superficiais e reforços estruturais - confecção em misturador e lançamento projetado	M³	14,90	18793,22	R\$ 280.018,98
1107900	Concreto fck = 30 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	M³	166,50	709,85	R\$ 118.190,03
1108056	Microconcreto autoadensável para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual	M³	5,10	4794,35	R\$ 24.451,19
1108059	Microconcreto para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual	M³	6,30	5083,78	R\$ 32.027,81
1109669	Argamassa de cimento e areia 1:3 - confecção em betoneira e lançamento manual - areia comercial	M³	23,05	687,19	R\$ 15.839,73
1207719	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em superfícies inclinadas e verticais	M³	62,60	1706,12	R\$ 106.803,11
1207721	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em teto	M³	75,62	2563,07	R\$ 193.819,35
1513941	Contenção em areia-cimento ensacada com mistura de areia com 8% de cimento - confecção e assentamento	M³	98,00	654,27	R\$ 64.118,46
1600408	Apicoamento manual de concreto	M²	76,00	24,70	R\$ 1.877,20
1608024	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 20 mm	M	89,10	95,95	R\$ 8.549,15
1608026	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 25 mm	M	25,40	109,18	R\$ 2.773,17
2003864	Esgotamento de água com bomba submersa	H	750,00	18,54	R\$ 13.905,00
2407972	Fornecimento e aplicação de adesivo estrutural à base de resina epóxi	KG	201,65	97,30	R\$ 19.620,55
2419703	Pintura com tinta anticorrosiva à base de epóxi poliamida de dois componentes com pistola a ar comprimido, uma demão, espessura de 150 µm	M²	173,00	21,77	R\$ 3.766,21
3108009	Fôrmas de compensado plastificado 10 mm - uso geral - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	623,00	117,71	R\$ 73.333,33
3108150	Fôrma metálica curva em chapa 3/16 reforçada com nervuras de 40 mm x 3/16 dispostas em grelhas de 40 x 60 cm - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	186,00	25,11	R\$ 4.670,46
3806402	Limpeza em superfície de concreto com jateamento d'água sob pressão	M²	33.685,71	3,27	R\$ 110.152,26
3806405	Limpeza de aparelhos de apoio em obras de arte especiais - exclusiva a plataforma	UN	308,00	188,91	R\$ 58.184,28
3806406	Limpeza em junta de dilatação	M	21,60	8,16	R\$ 176,26
3806407	Pingadeira de elastômero perfil 40 x 40 mm com aba inclinada e fixada com adesivo estrutural e pinos - fornecimento e instalação - exclusiva a plataforma	M	1.241,44	248,82	R\$ 308.895,10
3806409	Restauração de berços de apoio para junta de dilatação - fornecimento e instalação	M	667,94	937,34	R\$ 626.086,88
3806410	Plataforma de trabalho suspensa sob tabuleiro de pontes com treliças metálicas e tábuas - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	9.417,39	85,07	R\$ 801.137,37
3806413	Apicoamento mecanizado de concreto	M²	178,50	30,61	R\$ 5.463,89
3806414	Remoção de concreto com jateamento d'água sob alta pressão	M³	33,46	810,26	R\$ 27.111,30
3806415	Demolição controlada de concreto com martelete	M³	16,69	912,63	R\$ 15.231,79
3806428	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de até 4 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	M³	1.579,40	57,07	R\$ 90.136,36
3808043	Pintura manual com nata de cimento - 3 demãos	M²	34.427,16	5,78	R\$ 198.988,97
3815644	Recomposição de dreno em tubo de aço galvanizado D = 100 mm em OAE - fornecimento e instalação	UN	524,00	138,23	R\$ 72.432,52
3815706	Recomposição de guarda-corpo com agregados comerciais - instalação	M	266,00	172,29	R\$ 45.829,14
4915639	Limpeza em superfície de concreto com escova de aço	M²	187,50	5,77	R\$ 1.081,88
4915640	Limpeza e remoção manual de material retido em terra firme em OAE	M³	131,09	28,84	R\$ 3.780,49

4915645	Injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi de baixa viscosidade para tratamento de fissuras em estruturas de concreto - fornecimento e aplicação mecanizada	KG	30,99	283,27	R\$ 8.777,12
4915651	Bico de perfuração para injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi - fornecimento, instalação e retirada	UN	551,50	13,30	R\$ 7.334,95
4915653	Selagem superficial de fissuras com adesivo estrutural à base de resina epóxi de alta viscosidade, inclusive limpeza superficial - fornecimento e aplicação	KG	37,24	98,77	R\$ 3.677,70
4915668	Remoção manual de revestimento asfáltico	M³	39,10	288,40	R\$ 11.276,18
4915672	Limpeza de ponte	M	1.163,62	5,77	R\$ 6.714,09
4915686	Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem em OAE	UN	34,00	5,77	R\$ 196,18
4915723	Caiação manual com fixador de cal	M²	4.949,99	4,31	R\$ 21.334,46
4915740	Roçada manual	HA	0,52	2467,31	R\$ 1.283,00
4915762	Remoção manual de vegetação daninha em frestas	M	158,50	2,88	R\$ 456,48
4915764	Poda de árvores com até 5 m de altura	M³	75,50	440,12	R\$ 33.229,06
4915765	Poda de árvores com 5,0 m a 7,5 m de altura	M³	47,75	244,51	R\$ 11.675,35
4915774	Recomposição de erosão em corte ou aterro com material de jazida	M³	12,00	27,97	R\$ 335,64
TOTAL DE SERVIÇOS					R\$ 3.502.197,87
ADMINISTRAÇÃO LOCAL + MANUTENÇÃO DO CANTEIRO					R\$ 978.978,26
MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS E PESSOAL					R\$ 219.858,29
CUSTO DE INSTALAÇÃO DE CANTEIRO					R\$ 79.495,88
RELATÓRIO AS BUILT					R\$ 29.223,50
TOTAL					R\$ 4.809.753,80

Tabela 14 - Planilha de Serviços do Lote 02 (PTO de Macapá/AP)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ - UL MACAPÁ - LOTE 02						
PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO						
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE OAEs - TODOS OS CENÁRIOS - SEM DESONERAÇÃO						
BR-156/AP – Trecho: DIV PA/AP (LARANJAL DO JARI) – FIM S/RIO OIAPOQUE – FRONTEIRA BRASIL/GUIANA FRANCESA; Subtrecho: ENTR BR-156/210/AP-130 (PORTO GRANDE) – FIM S/RIO OIAPOQUE – FRONTEIRA BRASIL/GUIANA FRANCESA; Segmento: Km 330,40 ao Km 802,40; Extensão: 472,00 km; Código do SNV: 156BAP0370 ao 156BAP0670 – Versão SNV 202504A.						
BR-210/AP – Trecho: ENTR AP-010/030/070/110 (MACAPÁ) – DIV AP/PA; Subtrecho: ENTR AP-010/030/070/110 (MACAPÁ) – ENTR BR-156/210/AP-130 (PORTO GRANDE); Segmento: Km 0,00 ao Km 100,50; Extensão: 100,50 km; Código do SNV: 210BAP0010 ao 210BAP0090 – Versão SNV 202504A.						
CÓDIGO	QUADRO DE SERVIÇOS		UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO					
0407819	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação		kg	4.456,74	17,70	78.884,22
1107900	Concreto fck = 30 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais		m³	77,51	959,74	74.389,44
1108055	Argamassa autoadensável para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual		m³	37,20	8.255,71	307.112,41
1109680	Argamassa para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual		m³	7,70	8.220,29	63.296,23
1207719	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em superfícies inclinadas e verticais		m³	26,20	2.108,76	55.249,51
1207721	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em teto		m³	19,43	3.136,18	60.935,97
1416139	Corte de chapas de aço com espessura de 6,3 mm com maçarico oxiacetileno		m	113,00	3,12	352,56
1416254	Solda com maçarico oxiacetileno de chapas de aço de 6,3 mm		m	123,00	80,26	9.871,98
1505879	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	12,00	500,94	6.011,28
1600408	Apicoamento manual de concreto		m²	30,70	26,76	821,53
1608024	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 20 mm		m	11,20	97,48	1.091,77
1608026	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 25 mm		m	5,00	110,92	554,60
2407972	Fornecimento e aplicação de adesivo estrutural à base de resina epóxi		kg	22,82	97,54	2.225,86
2408069	Jateamento de chapa de aço com o uso de granalhas de aço grau SA2		m²	547,00	8,53	4.665,91
2408149	Estrutura em perfil de aço ASTM A36 corte, solda e montagem - fornecimento e instalação		kg	770,00	23,45	18.056,50
2419703	Pintura com tinta anticorrosiva à base de epóxi poliâmida de dois componentes com pistola a ar comprimido, uma demão, espessura de até 150 µm		m²	523,20	21,44	11.217,40
3108009	Fôrmas de compensado plastificado 10 mm - uso geral - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada		m²	715,70	114,70	82.090,79
3108150	Fôrma metálica curva em chapa 3/16" reforçada com nervuras de 40 mm x 3/16" dispostas em grelhas de 40 x 60 cm - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada		m²	26,90	24,51	659,31
3205868	Gabião caixa 2 x 1 x 0,50 m Zn/Al - D = 2,7 mm - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	130,00	1.282,03	166.663,90
3806402	Limpeza em superfície de concreto com jateamento d'água sob pressão		m²	60.162,74	1,55	93.252,24
3806405	Limpeza de aparelhos de apoio em obras de arte especiais - exclusiva a plataforma		un	452,00	105,12	47.514,24
3806406	Limpeza em junta de dilatação		m	31,40	3,86	121,20
3806407	Pingadeira de elastômero perfil 40 x 40 mm com aba inclinada e fixada com adesivo estrutural e pinos - fornecimento e instalação - exclusiva a plataforma		m	5.798,66	250,14	1.450.476,81
3806409	Restauração de berços de apoio para junta de dilatação - fornecimento e instalação		m	1.192,18	2.324,52	2.771.246,25

3806410	Plataforma de trabalho suspensa sob tabuleiro de pontes com treliças metálicas e tábuas - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	m²	18.700,39	86,70	1.621.324,15
3806411	Plataforma mecanizada de inspeção sob pontes com capacidade de 500 kg e alcance de 15 m	h	400,00	1.076,13	430.452,00
3806414	Remoção de concreto com jateamento d'água sob alta pressão	m³	11,41	425,19	4.851,41
3806415	Demolição controlada de concreto com martelete	m³	6,75	926,40	6.253,20
3806428	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de até 4 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	m³	2.281,55	56,04	127.858,06
3806429	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de 4 a 6 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	m³	600,00	24,24	14.544,00
3806430	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de 6 a 8 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	m³	840,00	15,07	12.658,80
3808043	Pintura manual com nata de cimento - 3 demãos	m²	60.162,74	6,28	377.821,99
3815599	Recuperação de guarda-corpo metálico em ambiente pouco agressivo	m²	1.673,20	40,19	67.245,90
3815600	Recuperação de guarda-corpo metálico em ambiente agressivo	m²	1.552,00	104,29	161.858,08
3815644	Recomposição de dreno em tubo de aço galvanizado D = 100 mm em OAE - fornecimento e instalação	un	684,00	149,64	102.353,76
4208127	Cordoalha para estais CP 177 RB D = 15,7 mm - fornecimento, preparo e colocação	kg	94.070,58	38,84	3.653.701,32
4208239	Tubo PEAD para estais - D = 315 mm - fornecimento e instalação	m	1.909,75	887,46	1.694.826,73
4915640	Limpeza e remoção manual de material retido em terra firme em OAE	m³	65,38	31,25	2.042,96
4915645	Injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi de baixa viscosidade para tratamento de fissuras em estruturas de concreto - fornecimento e aplicação mecanizada	kg	272,98	280,83	76.659,56
4915651	Bico de perfuração para injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi - fornecimento, instalação e retirada	un	965,00	13,39	12.921,35
4915653	Selagem superficial de fissuras com adesivo estrutural à base de resina epóxi de alta viscosidade, inclusive limpeza superficial - fornecimento e aplicação	kg	30,10	100,54	3.026,25
4915668	Remoção manual de revestimento asfáltico	m³	22,86	431,19	9.855,14
4915672	Limpeza de ponte	m	3.431,93	6,25	21.449,56
4915686	Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem em OAE	un	942,00	6,25	5.887,50
4915723	Caiação manual com fixador de cal	m²	13.114,00	3,48	45.636,71
4915740	Roçada manual	ha	0,92	2.764,97	2.543,77
4915762	Remoção manual de vegetação daninha em frestas	m	246,00	3,12	767,52
4915764	Poda de árvores com até 5 m de altura	m³	93,00	110,43	10.269,99
4915765	Poda de árvores com 5,0 m a 7,5 m de altura	m³	51,00	61,35	3.128,85
4915774	Recomposição de erosão em corte ou aterro com material de jazida	m³	56,00	35,30	1.976,80
4915776	Roçada com roçadeira costal	ha	0,04	1.165,66	46,62
5214010	Pintura de faixa com plástico a frio bicomponente à base de resinas metacrílicas por extrusão (plano) - espessura de 3,0 mm	m²	156,40	282,29	44.150,15
5300992	Pintura com epóxi óxido de ferro em chapa metálica com pistola a ar comprimido, uma demão, espessura até 35 µm	m²	2.192,00	21,48	47.084,16
C4558	CABO CORDPLAST (CABO PP) 3 x 2,50 mm²	M	600,00	13,93	8.358,00
COMP.32	Canhão 54 LEDs RGBW Projetor Jogo de Luz Profissional 180w marca soneres ou similar cores verde, amarelo, azul e vermelho com controle celular	UN	52,00	2.175,22	113.111,44
C0524	CABO ISOLADO PVC 750V 10MM2	M	1.560,00	21,90	34.164,00
C2071	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 72 DIVISÕES 457X646X95mm, C/BARRAMENTO	UN	1,00	1.084,12	1.084,12
C2092	QUADRO P/ MEDIÇÃO PRIMÁRIA 15KV	UN	1,00	2.154,09	2.154,09
C2000	POSTE C/ACESSÓRIOS ATÉ A ENTRADA DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	UN	1,00	16.115,74	16.115,74
C4937	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 30 KVA/13.800-380/220V COM QUADRO DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL, INCLUSIVE MALHA DE ATERRAMENTO	UN	1,00	34.238,67	34.238,67
C2060	PARA-RAIOS TIPO FRANKLIN	UN	4,00	222,06	888,24
C0327	ATERRAMENTO COMPLETO C/ 3 HASTES COPPERWELD P/PÁRA-RAIOS	CJ	4,00	1.325,60	5.302,40
C0518	CABO COBRE NU 16MM2	M	960,00	33,26	31.929,60
101659	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	20,00	906,23	18.124,60
101657	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	34,00	613,30	20.852,20
100701	PORTA DE FERRO, DE ABRIR, TIPO GRADE COM CHAPA, COM GUARNIÇÕES. AF_12/2019	m²	1,89	942,01	1.780,39
3815602	Substituição de junta de dilatação e lábios poliméricos - fornecimento e instalação	m	490,00	2.251,78	1.103.372,20
2003934	Tubo de PVC para dreno tipo barbacã - D = 75 mm - fornecimento e instalação	m	984,00	19,97	19.650,48
0307731	Aparelho de apoio de neoprene fretado para estruturas moldadas no local - fornecimento e instalação	dm³	64,00	187,95	12.028,80
3806416	Elevação de estruturas até 496 kN para substituição de aparelho de apoio com a utilização de macaco hidráulico	un	4,00	114,47	457,88
1516318	Tela metálica dobrada em L para muro em solo reforçado - C = 200 cm, L = 40 cm e H = 40 cm - fornecimento e instalação	m²	56,00	887,69	49.710,64
3807864	Chumbador de expansão controlada por torque para concreto D = 16 mm - fornecimento e instalação	un	224,00	19,41	4.347,84
0408067	Tela de aço eletrossoldada - fornecimento, preparo e colocação	kg	28,00	17,07	477,96
					15.348.107,34
BDI				35,12%	C/ BDI
	Total de Serviços Geral com BDI			15.348.107,34	
	Administração Local + Custo de Manutenção do Canteiro com BDI			1.503.758,28	
	Mobilização/Demobilização Equipamentos e Pessoal com BDI			140.778,15	
	Custo de Instalação de Canteiro (Material + Serv. Prelim. Com BDI			82.601,04	

	Total Geral com BDI	17.075.244,81
--	---------------------	---------------

Tabela 15 - Planilha de Serviços do Lote 03 (PTO de Pedrinhas/MA)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO - UL PEDRINHAS - LOTE 03					
PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO					
Rodovia BR-135/MA: Trecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL - DIV MA/PI (GUADALUPE); Subtrecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL - ENTR BR-135/316 (CACHUCHA), Segmento: km 0 ao km 199,8, Extensão: 199,8 km, Código do SNV 135BMA0020 ao 135BMA0135 - SNV 202507A.					Data: Edital: ____ / ____
Rodovia BR-222/MA: Trecho: INÍCIO TRAVESSIA RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA) - INÍCIO DA PONTE S/RIO ITINGA - DIV MA/PA; Subtrecho: ENTR MA-026 (FIM TRAV URB CHAPADINHA) - ENTR BR-135/222 (OUTEIRO), Segmento: km 80,2 ao km 219,4, Extensão 139,2 km, Código do SNV 222BMA0410 ao 222BMA0490 – SNV 202507A.					Lote: 03
Rodovia BR-402/MA: Trecho: ENTR BR-135/402 (BACABEIRA) - INÍCIO PONTES/RIO PARNAÍBA (DIV MA/PI); Subtrecho: ENTR BR-135/402 (BACABEIRA) - ACESSO P/SOBRADINHO, Segmento: km 0 ao km 175,9, Extensão 175,9 km, Código do SNV 402BMA0012 ao 402BMA0082 – SNV 202507A.					Data Base SICRO: abril/2025
CÓDIGO	QUADRO DE SERVIÇOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
0407819	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	KG	10454,4104	16,4100	R\$ 171.556,88
1107748	Argamassa polimérica de alto desempenho projetada para reparos superficiais e reforços estruturais - confecção em misturador e lançamento projetado	M³	14,7500	18793,2200	R\$ 277.200,00
1107900	Concreto fck = 30 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	M³	171,9048	709,8500	R\$ 122.026,62
1108056	Microconcreto autoadensável para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual	M³	36,9480	4794,3500	R\$ 177.141,64
1108059	Microconcreto para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual	M³	7,2300	5083,7800	R\$ 36.755,73
1109669	Argamassa de cimento e areia 1:3 - confecção em betoneira e lançamento manual - areia comercial	M³	131,0500	687,1900	R\$ 90.056,25
1207719	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em superfícies inclinadas e verticais	M³	85,6270	1706,1200	R\$ 146.089,94
1207721	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em teto	M³	106,4923	2563,0700	R\$ 272.947,22
1505879	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	M³	221,6000	412,6200	R\$ 91.436,59
1506055	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	M³	52,0920	619,3300	R\$ 32.262,14
1513941	Contenção em areia-cimento ensacada com mistura de areia com 8% de cimento - confecção e assentamento	M³	149,8500	654,2700	R\$ 98.042,36
1600408	Apicoamento manual de concreto	M²	186,6800	24,7000	R\$ 4.611,00
1608019	Perfuração em concreto com marteleto elétrico - D = 10 mm	M	5,2000	25,6200	R\$ 133,22
1608024	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 20 mm	M	177,3100	95,9500	R\$ 17.012,89
1608026	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 25 mm	M	53,3500	109,1800	R\$ 5.824,75
2003864	Esgotamento de água com bomba submersa	H	448,0000	18,5400	R\$ 8.305,92
2407972	Fornecimento e aplicação de adesivo estrutural à base de resina epóxi	KG	383,4816	97,3000	R\$ 37.312,76
2419703	Pintura com tinta anticorrosiva à base de epóxi poliâmida de dois componentes com pistola a ar comprimido, uma demão, espessura de 150 µm	M²	130,1800	21,7700	R\$ 2.834,02
2419704	Pintura com primer epóxi de dois componentes com pistola a ar comprimido, uma demão, espessura de 70 µm	M²	87,4000	42,3000	R\$ 3.697,02
3108009	Fôrmas de compensado plastificado 10 mm - uso geral - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	915,4000	117,7100	R\$ 107.751,73
3108150	Fôrma metálica curva em chapa 3/16 reforçada com nervuras de 40 mm x 3/16 dispostas em grelhas de 40 x 60 cm - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	52,0000	25,1100	R\$ 1.305,72
3205868	Gabião caixa 2 x 1 x 0,50 m Zn/Al - D = 2,7 mm - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	M³	77,5667	1119,3600	R\$ 86.825,02
3713617	Barreira simples de concreto, não armada, moldada no local (perfil New Jersey) - H = 810 + 100 mm	M	6,0000	248,7000	R\$ 1.492,20
3806402	Limpeza em superfície de concreto com jateamento d'água sob pressão	M²	81352,1236	3,2700	R\$ 266.021,44
3806405	Limpeza de aparelhos de apoio em obras de arte especiais - exclusiva a plataforma	UN	518,0000	188,9100	R\$ 97.855,38
3806406	Limpeza em junta de dilatação	M	172,0800	8,1600	R\$ 1.404,17
3806407	Pingadeira de elastômero perfil 40 x 40 mm com aba inclinada e fixada com adesivo estrutural e pinos - fornecimento e instalação - exclusiva a plataforma	M	2796,8000	248,8200	R\$ 695.899,78
3806409	Restauração de berços de apoio para junta de dilatação - fornecimento e instalação	M	2042,0500	937,3400	R\$ 1.914.095,15
3806410	Plataforma de trabalho suspensa sob tabuleiro de pontes com treliças metálicas e tábuas - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	31135,7414	85,0700	R\$ 2.648.406,16
3806413	Apicoamento mecanizado de concreto	M²	158,2600	30,6100	R\$ 4.844,34
3806414	Remoção de concreto com jateamento d'água sob alta pressão	M³	42,4377	810,2600	R\$ 34.385,57
3806415	Demolição controlada de concreto com marteleto	M³	62,1657	912,6300	R\$ 56.734,28
3806428	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de até 4 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	M³	8967,5025	57,0700	R\$ 511.775,37
3808043	Pintura manual com nata de cimento - 3 demãos	M²	81354,8536	5,7800	R\$ 470.231,05
3815599	Recuperação de guarda-corpo metálico em ambiente pouco agressivo	M²	1218,2100	36,6800	R\$ 44.683,94
3815644	Recomposição de dreno em tubo de aço galvanizado D = 100 mm em OAE - fornecimento e instalação	UN	1072,0000	138,2300	R\$ 148.171,84
3815706	Recomposição de guarda-corpo com agregados comerciais - instalação	M	442,0000	172,2900	R\$ 76.147,76
4915639	Limpeza em superfície de concreto com escova de aço	M²	132,4300	5,7700	R\$ 764,12
4915640	Limpeza e remoção manual de material retido em terra firme em OAE	M³	281,7793	28,8400	R\$ 8.126,52
4915645	Injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi de baixa viscosidade para tratamento de fissuras em estruturas de concreto - fornecimento e aplicação mecanizada	KG	467,7125	283,2700	R\$ 132.488,92
4915651	Bico de perfuração para injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi - fornecimento, instalação e retirada	UN	6248,5000	13,3000	R\$ 83.105,05
4915653	Selagem superficial de fissuras com adesivo estrutural à base de resina epóxi de alta viscosidade, inclusive limpeza superficial - fornecimento e aplicação	KG	93,8925	98,7700	R\$ 9.273,76
4915668	Remoção manual de revestimento asfáltico	M³	51,4033	288,4000	R\$ 14.824,71
4915672	Limpeza de ponte	M	3751,8600	5,7700	R\$ 21.648,23
4915686	Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem em OAE	UN	810,5000	5,7700	R\$ 4.676,59
4915723	Caiação manual com fixador de cal	M²	13635,1750	4,3100	R\$ 58.767,60
4915740	Roçada manual	HA	1,8600	2467,3100	R\$ 4.589,20
4915762	Remoção manual de vegetação daninha em frestas	M	1644,0000	2,8800	R\$ 4.734,72
4915764	Poda de árvores com até 5 m de altura	M³	146,6100	440,1200	R\$ 64.525,99

4915765	Poda de árvores com 5,0 m a 7,5 m de altura	M³	67,6000	244,5100	R\$ 16.528,88
4915774	Recomposição de erosão em corte ou aterro com material de jazida	M³	373,2000	27,9700	R\$ 10.438,40
TOTAL DE SERVIÇOS					R\$ 9.197.770,56
ADMINISTRAÇÃO LOCAL + MANUTENÇÃO DO CANTEIRO					R\$ 2.124.471,77
MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS E PESSOAL					R\$ 103.870,56
CUSTO DE INSTALAÇÃO DE CANTEIRO					R\$ 119.938,06
RELATÓRIO AS BUILT					R\$ 91.867,48
TOTAL					R\$ 11.637.918,43

Tabela 16 - Planilha de Serviços do Lote 04 (PTO de Santa Inês/MA)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO - UL SANTA INÊS/MA - LOTE 04				
PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO				
BR - 222/MA – Trecho: INÍCIO TRAVESSIA RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA) - INÍCIO DA PONTE S/RIO ITINGA - DIV MA/PA; Subtrecho: ENTR BR-135/222 (MIRANDA DO NORTE) - ENTR MA-006 (ARAME); Segmento: Km 251,1 ao km 502,00; E: Código do SNV (22BMA0550 - 222BMA0650) SNV _202507*.				
BR-316/MA - Trecho: INÍCIO PONTE S/RIO GURUPI (ALTO BONITO - DIV PA/MA) - FIM PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA -TIMON); Subtrecho: ENTR MA-306/206 (MARACAÇUMÉ) - ENTR MA-034(A)/127/349 (CAXIAS); Segmento: Km 5- Extensão: 496,4 km; Código do SNV (316BMA0250 - 316BMA0300) - SNV _202507*.				
CÓDIGO	QUADRO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	
	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO			
407819	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	KG	4459,589	
1107748	Argamassa polimérica de alto desempenho projetada para reparos superficiais e reforços estruturais - confecção em misturador e lançamento projetado	M³	17,900	
1107900	Concreto fck = 30 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	M³	73,844	
1108056	Microconcreto autoadensável para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual	M³	24,900	
1108059	Microconcreto para reparos e grauteamento - confecção em misturador e lançamento manual	M³	9,850	
1109669	Argamassa de cimento e areia 1:3 - confecção em betoneira e lançamento manual - areia comercial	M³	44,350	
1207719	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em superfícies inclinadas e verticais	M³	34,225	
1207721	Concreto projetado via seca fck = 30 MPa aplicado em teto	M³	61,889	
1505879	Enrocamento de pedra arrumada manualmente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	M³	44,000	
1506055	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	M³	13,206	
1513941	Contenção em areia-cimento ensacada com mistura de areia com 8% de cimento - confecção e assentamento	M³	44,430	
1600408	Apicoamento manual de concreto	M²	148,900	
1608019	Perfuração em concreto com martelete elétrico - D = 10 mm	M	3,300	
1608024	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 20 mm	M	79,900	
1608026	Perfuração em concreto com coroa diamantada - D = 25 mm	M	22,800	
2003403	Descida d'água de cortes em degraus - DCD 80-40 - areia e brita comerciais	M	31,000	
2003864	Esgotamento de água com bomba submersa	H	232,000	
2407972	Fornecimento e aplicação de adesivo estrutural à base de resina epóxi	KG	166,764	
2419703	Pintura com tinta anticorrosiva à base de epóxi poliamida de dois componentes com pistola a ar comprimido, uma demão, espessura de 150 µm	M²	69,190	
3108009	Fôrmas de compensado plastificado 10 mm - uso geral - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	330,400	
3108150	Fôrma metálica curva em chapa 3/16 reforçada com nervuras de 40 mm x 3/16 dispostas em grelhas de 40 x 60 cm - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	76,000	
3205868	Gabião caixa 2 x 1 x 0,50 m Zn/Al - D = 2,7 mm - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	M³	239,187	
3806402	Limpeza em superfície de concreto com jateamento d'água sob pressão	M²	43763,333	
3806405	Limpeza de aparelhos de apoio em obras de arte especiais - exclusiva a plataforma	UN	271,000	
3806406	Limpeza em junta de dilatação	M	20,200	
3806407	Pingadeira de elastômero perfil 40 x 40 mm com aba inclinada e fixada com adesivo estrutural e pinos - fornecimento e instalação - exclusiva a plataforma	M	2153,780	
3806409	Restauração de berços de apoio para junta de dilatação - fornecimento e instalação	M	683,540	
3806410	Plataforma de trabalho suspensa sob tabuleiro de pontes com treliças metálicas e tábuas - utilização de 100 vezes - confecção, instalação e retirada	M²	14927,186	
3806413	Apicoamento mecanizado de concreto	M²	78,900	
3806414	Remoção de concreto com jateamento d'água sob alta pressão	M³	26,580	
3806415	Demolição controlada de concreto com martelete	M³	36,248	
3806428	Plataforma de trabalho em aço tubular apoiada no solo - altura de até 4 m - utilização de 100 vezes - fornecimento, instalação e retirada	M³	6493,118	
3808043	Pintura manual com nata de cimento - 3 demãos	M²	43763,333	

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO - UL SANTA INÊS/MA - LOTE 04				
PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO				
BR - 222/MA – Trecho: INÍCIO TRAVESSIA RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA) - INÍCIO DA PONTE S/RIO ITINGA - DIV MA/PA; Subtrecho: ENTR BR-135/222 (MIRANDA DO NORTE) - ENTR MA-006 (ARAME); Segmento: Km 251,1 ao km 502,00; E: Código do SNV (222BMA0550 - 222BMA0650) SNV _202507*.				
BR-316/MA - Trecho: INÍCIO PONTE S/RIO GURUPI (ALTO BONITO - DIV PA/MA) - FIM PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA - TIMON); Subtrecho: ENTR MA-306/206 (MARACAÇUMÉ) - ENTR MA-034(A)/127/349 (CAXIAS); Segmento: Km 5 Extensão: 496,4 km; Código do SNV (316BMA0250 - 316BMA0300) - SNV _202507*.				
	QUADRO DE SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	
3815599	Recuperação de guarda-corpo metálico em ambiente pouco agressivo	M²	12,912	
3815644	Recomposição de dreno em tubo de aço galvanizado D = 100 mm em OAE - fornecimento e instalação	UN	582,500	
3815706	Recomposição de guarda-corpo com agregados comerciais - instalação	M	232,000	
4915639	Limpeza em superfície de concreto com escova de aço	M²	79,690	
4915640	Limpeza e remoção manual de material retido em terra firme em OAE	M³	140,419	
4915645	Injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi de baixa viscosidade para tratamento de fissuras em estruturas de concreto - fornecimento e aplicação mecanizada	KG	164,250	
4915651	Bico de perfuração para injeção de adesivo estrutural à base de resina epóxi - fornecimento, instalação e retirada	UN	2190,000	
4915653	Selagem superficial de fissuras com adesivo estrutural à base de resina epóxi de alta viscosidade, inclusive limpeza superficial - fornecimento e aplicação	KG	32,850	
4915668	Remoção manual de revestimento asfáltico	M³	20,506	
4915672	Limpeza de ponte	M	1957,180	
4915686	Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem em OAE	UN	331,500	
4915723	Caiação manual com fixador de cal	M²	5610,393	
4915740	Roçada manual	HA	0,700	
4915762	Remoção manual de vegetação daninha em frestas	M	547,000	
4915764	Poda de árvores com até 5 m de altura	M³	70,550	
4915765	Poda de árvores com 5,0 m a 7,5 m de altura	M³	28,750	
4915774	Recomposição de erosão em corte ou aterro com material de jazida	M³	152,000	
TOTAL DE SERVIÇOS				
ADMINISTRAÇÃO LOCAL + MANUTENÇÃO DO CANTEIRO				
MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS E PESSOAL				
CUSTO DE INSTALAÇÃO DE CANTEIRO				
RELATÓRIO AS BUILT				
TOTAL				

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da [Lei nº 14.133/21](#) e outras aplicáveis, respondendo cada parte, no que lhe competir, pelas consequências da inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a Autarquia e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([art. 117, caput](#), da [Lei nº 14.133/21](#)).

8.7. Os serviços previstos somente poderão ser executados com a prévia autorização da fiscalização.

8.8. A fiscalização técnica dos serviços estabelecidos no presente edital será efetuada por servidor (Engenheiro Civil, ou Analista em Infraestrutura de Transportes, ou Técnico em Infraestrutura de Transportes) a ser designado em portaria, pelo Superintendente Regional do DNIT do Estado do Maranhão (art. 8º, do [Decreto nº 11.246/22](#)).

8.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato - verificar a quantidade, qualidade e os valores dos serviços executados, o atendimento dos padrões e normas requeridos para a intervenção, bem como fazer cumprir todas as exigências do DNIT e as responsabilidades da construtora, descritas no Termo de Referência e legislação vigente, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([art. 22, inciso VI, do Decreto nº 11.246/22](#)).

8.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/21](#) e [art. 22, inciso II, do Decreto nº 11.246/22](#));

8.9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([art. 22, inciso III, do Decreto nº 11.246/22](#));

8.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([art. 22, inciso IV, do Decreto nº 11.246/22](#));

8.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([art. 22, inciso V, do Decreto nº 11.246/22](#));

8.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([art. 22, inciso VII, Decreto nº 11.246/22](#)).

- 8.9.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (art. 21, inciso II, do Decreto nº 11.246/22).
- 8.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, incisos I e II, do Decreto nº 11.246/22).
- 8.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (art. 23, inciso IV, Decreto nº 11.246/22).
- 8.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (art. 21, inciso IV, Decreto nº 11.246/22).
- 8.11.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (art. 21, inciso III, do Decreto nº 11.246/22).
- 8.11.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246/22).
- 8.11.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (art. 21, inciso X, do Decreto nº 11.246/22).
- 8.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em consonância com o art. 120, da Lei nº 14.133/21.
- 8.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, serão aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 8.14. Os critérios e procedimentos técnico-administrativos padrão, no âmbito da Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, se darão em conformidade com o Manual de Diretrizes, estabelecido pela Resolução DNIT nº 20, de 30 de dezembro de 2020.
- 8.15. A fiscalização também observará o cumprimento dos padrões de desempenho previstos na Resolução nº 8, de 06 de novembro de 2023, ou outra que venha a substituir.
- 8.16. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (art. 22, inciso VII, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 8.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 8.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 8.19. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 8.20. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. A medição dos serviços se dará em conformidade com o cronograma físico e financeiro. O contratado deverá apresentar as notas fiscais, o atestado de conformidade e a medição na sede da Superintendência Regional para o atesto do Superintendente Regional, para o atesto do Fiscal do Contrato e posterior encaminhamento à Coordenação-Geral competente para providências.
- 9.2. Os serviços serão medidos de acordo com os eventos estabelecidos no PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO contido nas tabelas do item 7.3 do presente Termo de Referência - (MODELO constante nos Arquivos Editáveis - Lotes 01, 02, 03 e 04), após a sua devida conclusão em conformidade com as normas pertinentes aos serviços.
- 9.3. Serão anexadas junto ao PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO MODELO (SEI! N.ºs 22628051, 22628170, 22628246 e 22697238), contendo os dados básicos à sua identificação, bem como as informações sobre os serviços necessários (descrição e quantidades).
- 9.4. As medições das parcelas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 9.5. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que exista saldo de empenho para sua cobertura.
- 9.6. As medições mensais deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DNIT sempre que os grupos de serviços forem concluídos, sendo posteriormente atestadas pelo Engenheiro Fiscal do Contrato. As medições serão processadas por meio convencional já utilizado pelo DNIT, constando de folhas-resumo com a relação de serviços, quantidades parciais e totais, conforme cronograma de atividades aprovado.
- 9.7. Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.
- 9.8. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 9.8.1. não produzir os resultados acordados,
- 9.8.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 9.8.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.9. A Administração Local, a Mobilização e Desmobilização de Equipamentos e Pessoal, o custo de instalação e manutenção do canteiro serão pagos como uma proporção da execução financeira dos demais serviços da obra, visando evitar o lucro-incompetência, em que a remuneração da empresa é tanto maior quanto mais ineficiente e demorada for a execução da obra ou do serviço.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DE DESEMBOLSO

- 9.10. O CONTRATADO deverá elaborar o Cronograma Financeiro e Físico adaptado à proposta apresentada.
- 9.11. Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Superintendente Regional, devendo os mesmos receberem números sequenciais.
- 9.12. Na elaboração dos cronogramas, a CONTRATADA deverá:
- 9.12.1. Obedecer aos prazos de vigência dos contratos de 17 (dezessete) meses para o Lote 01, de 23 (vinte e três) meses para o Lote 02 de, 29 (vinte e nove) meses para o Lote 03 e de 20 (vinte) meses para o Lote 04 e ainda, detalhar as atividades, conforme modelo do CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (SEI! nº 22677170).
- 9.12.2. Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços.
- 9.12.3. Ter coerência na elaboração dos quadros em relação à sequência e duração das atividades.

- 9.12.4. O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser entregue para análise e aprovação às Superintendências Regionais do DNIT nos estados do Maranhão e Amapá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que será parte integrante do instrumento.
- 9.13. Nesse documento, a CONTRATADA deverá atentar para:
- 9.13.1. Antes do início de cada obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.
- 9.13.2. A empresa executora deverá, no início da obra, entregar à empresa supervisora ou a respectiva unidade do DNIT a previsão de desembolso a fim de que o DNIT possa fazer as medições e efetivação dos pagamentos.
- 9.13.3. A empresa executora deverá, no início da obra, entregar à empresa supervisora ou a respectiva unidade do DNIT a previsão do quantitativo físico mensal a ser executado dos serviços que representem marcos (etapas) durante a execução da obra.
- 9.13.4. O cronograma deverá conter, além do quantitativo físico mensal a ser executado, o quantitativo acumulado efetivamente executado, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.
- 9.13.5. O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.
- 9.13.6. Caso haja aditivos contratuais que alterem o prazo da obra, deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.
- 9.13.7. Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.
- 9.13.8. O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO a ser proposto pela LICITANTE deverá apresentar as quantidades de serviços a serem executadas pelo contratado e é o elemento básico de controle da obra, como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.
- 9.13.9. A programação deverá ser entregue à Administração em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, em formato compatível com a ferramenta MS Project® ou similar.

RECEBIMENTO

- 9.14. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 9.14.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 9.14.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 9.15. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, inciso I, alínea "a", da [Lei nº 14.133/21](#) e arts. 22, inciso X e 23, inciso X, do [Decreto nº 11.246/22](#)).
- 9.15.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.15.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 22, inciso X, [Decreto nº 11.246/22](#)).
- 9.15.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 9.16. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.16.1. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.16.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([art. 119, c/c art. 140, da Lei nº 14.133/21](#))
- 9.16.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 9.16.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.16.5. O termo de recebimento definitivo dos serviços ficará condicionado a apresentação pela contratada, do Relatório "As Built" de todas as Obras de Arte Especiais objeto do presente Termo de Referência, conforme EB - 117: Projeto "As Built (Publicação IPR - 726). Tais documentos deverão ser apresentados à Superintendência Regional do DNIT no estado do Maranhão, com cópia à Coordenação de Manutenção de Estruturas e Contenções - COMEC/CGMRR.
- 9.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 9.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 9.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, inciso VIII, Decreto nº 11.246/22](#)).
- 9.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 9.18.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 9.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 9.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143, da Lei nº 14.133/21](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

- 9.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos [do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

9.22.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do [art. 75, da Lei nº 14.133/21](#).

9.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

9.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68, da Lei nº 14.133/21](#).

9.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.29. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

9.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

9.32. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

FORMA DE PAGAMENTO

9.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.36. Desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para eventual atraso de pagamento, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM: encargos moratórios;

N: Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I: Índice de compensação financeira = 0,00016438, considerando "TX = Percentual da taxa anual = 6%", assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

REAJUSTE/REPACTUAÇÃO

9.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês abril/2025 para o Lote 01, Janeiro/2025 para o Lote 02, abril/2025 para o Lote 03 e Julho/2025 para o Lote 04.

9.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante dos seguintes índices, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.39. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo DNIT, para o Setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a [Instrução Normativa nº 1/DNIT, de 24 de janeiro de 2023](#), ou outra que vier a substituí-la, após decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do Art. 3º, §1º, da [Lei nº 10.192/2001](#), sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do DNIT (Novo SICRO, mês-base Abril/2025 Lote 01, Janeiro/2025 Lote 02, Abril/2025 Lote 03 e Julho/2025 Lote 04 para o Estado do Maranhão e Amapá).

9.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser realizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinando(s) pela legislação então em vigor.

9.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.46. A seleção dos índices de reajustamento se baseou nas diretrizes da [Instrução Normativa nº 1/DNIT, de 24 de janeiro de 2023](#) (SEI! nº 13546239), que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras e serviços de engenharia no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

9.47. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir.

$$R = V (I_i - I_o) / I_o$$

Sendo:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada

I_o = Índice de preço verificado no mês-base do orçamento do DNIT

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado

9.48. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso. Para tanto, será utilizado o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

9.49. O IPCA foi instituído inicialmente com a finalidade de corrigir as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto.

ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

9.50. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que exista saldo de empenho para sua cobertura.

9.51. Fica o CONTRATADO obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

9.51.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

9.51.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

CESSÃO DE CRÉDITO

9.52. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.52.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.52.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.52.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.52.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.53. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O FORNECEDOR será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção CRITÉRIO de julgamento pelo MENOR PREÇO, em observância ao art. 6º, inciso XLI, da [Lei nº 14.133/21](#).

10.2. A adoção do Regime de Execução por Preço Unitário é justificado devido aos quantitativos serem elaborados com base em relatórios fotográficos, levantados pela Unidade Local. Dessa forma, os quantitativos são estimados com uma imprecisão intrínseca à sua natureza.

10.3. A licitação foi dividida em 04 Lotes, posto que o agrupamento evita prejuízos para a Administração Pública, vez que as atividades a serem executadas são, tecnicamente, viável seu agrupamento. Logo, a contratação em lotes gera maior potencial de ganho e de economia de escala, e ainda facilita o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços.

10.4. A disputa será no modo ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme previsões do art. 22, inciso I e art. 23 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), este último, *in verbis*:

"(...) Art. 23. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 22, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22.

§ 3º Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

§ 4º Após o reinício previsto no § 3º, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

§ 5º Encerrada a etapa de que trata o § 4º, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22. (realçamos)(...)"

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) (art. 22, §1º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)).

10.6. No caso de edital que contemple mais de um lote, a empresa ou consórcio de empresas poderá participar de quantos lotes forem do seu interesse, desde que a equipe de profissionais indicada seja distinta para cada lote que concorrer.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10.7. A proposta de preços, que compreende a descrição, de forma clara e específica do material ou serviço ofertado pelo LICITANTE, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, mediante preenchimento do **PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO MODELO** (SEI! n.ºs 22628051, 22628170, 22628246 e 22697238), bem como o **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO MODELO** (SEI! nº 22677170), observado o disposto no art. 4º, inciso I e art. 29 e ss. da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.8. O LICITANTE não poderá apresentar preços superiores aos estabelecidos no orçamento referencial do DNIT, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de preços unitários, e quanto ao valor total do serviço, este não poderá ser superior ao do orçamento. Serão exigidas todas as composições de preços unitários. O LICITANTE fica obrigado a seguir os parâmetros de composição do NOVO SICRO, mês-base Abril/2025 para o Lote 01, Janeiro/2025 para o Lote 02, Abril/2025 para o Lote 03 e Julho/2025 para o Lote 04, para os Estados do Maranhão e Amapá.

10.9. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS).

10.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do FORNECEDOR, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do FORNECEDOR, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.16. Caso o FORNECEDOR seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição, mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

10.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

10.19. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

10.20. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

10.21. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

10.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/21).

10.23. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (art. 69, §6º, da Lei nº 14.133/21).

10.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.27. Registro ou inscrição da empresa LICITANTE no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou em outro conselho competente, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

10.28. Para comprovar a aptidão à execução do objeto a ser contratado, a LICITANTE deverá atender às exigências quanto à capacidade técnica operacional e à capacidade técnica profissional, conforme descrito a seguir:

10.28.1. A LICITANTE deve comprovar experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e que comprove ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com as tabelas adiante, elaboradas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 58 DNIT/SEDE, de 17 de setembro de 2021, alterada pela Instrução Normativa nº 4, de 08 de março de 2022. A comprovação deve ser feita por meio de “atestado” e/ou “certidão” e/ou “declaração”, emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA ou Conselho Profissional Competente (capacidade técnica operacional).

10.28.2. A LICITANTE deverá comprovar ter executado, a qualquer momento, OBRAS E/OU SERVIÇOS RODOVIÁRIOS DE ALARGAMENTO DE OAE E/OU RECUPERAÇÃO DE OAE E/OU REFORÇO DE OAE E/OU SIMILAR.

Tabela 17 - Serviços Requeridos/Quantidade do LOTE 01 – UL Barão de Grajaú/MA

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)	QUANTIDADE (m)
01	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.	OAE com extensão de 317,82
Exigência:	50% da extensão indicada	158,91

Tabela 18 - Serviços Requeridos/Quantidade do LOTE 2 – UL Macapá/AP

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)	QUANTIDADE (m)
---------	-------------------------	----------------

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)	QUANTIDADE (m)
02	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.	OAE com extensão de 600,00
Exigência:	50% da extensão indicada	300,00

Tabela 19 - Serviços Requeridos/Quantidade do LOTE 03 – UL Pedrinhas/MA

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)	QUANTIDADE (m)
03	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.	OAE com extensão de 462,00
Exigência:	50% da extensão indicada	231,00

Tabela 20 - Serviços Requeridos/Quantidade do LOTE 04 – UL Santa Inês/MA

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)	QUANTIDADE (m)
04	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.	OAE com extensão de 263,70
Exigência:	50% da extensão indicada	131,85

Observações:

O valor mínimo a ser comprovado de extensão de OAE representa 50% do valor médio da extensão indicada para o plano de manutenção de OAE com atuação interveniente dessa Coordenação, conforme entendimento do TCU em [Acórdão 1052/2012](#) - Plenário (Informativo de Licitações e Contratos 104/2012).

10.28.3. Declaração formal emitida pela LICITANTE de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “*in loco*” pelo DNIT, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

10.28.4. O LICITANTE deverá preencher as informações constantes no **ANEXO DOCUMENTOS LICITATÓRIOS - CAPACIDADE TÉCNICA (SEI! N° 22674007) - RELAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) EXECUTADO(S) PELO PROPONENTE COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO**.

10.28.5. O “profissional técnico indicado” deverá ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante elaborada conforme o disposto na [Instrução Normativa nº 58 DNIT/SEDE, de 17 de setembro de 2021](#), alterada pela [Instrução Normativa nº 4, de 08 de março de 2022](#). A comprovação deve ser feita por meio de “atestado” e/ou “certidão” e/ou “declaração”, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação (**capacidade técnica profissional**).

Tabela 21- Serviços Requeridos do LOTE 01 – UL Barão de Grajaú/MA

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)
01	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.
NOTA: O profissional de nível superior especificado neste item, poderá ainda comprovar seu vínculo com a empresa licitante mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro Empregados (FRE).	

Tabela 22- Serviços Requeridos do LOTE 02 – UL Macapá/AP

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)
02	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.
NOTA: O profissional de nível superior especificado neste item, poderá ainda comprovar seu vínculo com a empresa licitante mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro Empregados (FRE).	

Tabela 23- Serviços Requeridos do LOTE 03 – UL Pedrinhas/MA

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)
03	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.
NOTA: O profissional de nível superior especificado neste item, poderá ainda comprovar seu vínculo com a empresa licitante mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro Empregados (FRE).	

Tabela 24- Serviços Requeridos do LOTE 04 – UL Santa Inês/MA

LOTE(S)	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)
04	Execução de serviços de Alargamento de OAE e/ou Recuperação de OAE e/ou Reforço de OAE e/ou similar.
NOTA: O profissional de nível superior especificado neste item, poderá ainda comprovar seu vínculo com a empresa licitante mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro Empregados (FRE).	

10.29. O LICITANTE deverá preencher as informações constantes no **ANEXO DOCUMENTOS LICITATÓRIOS - CAPACIDADE TÉCNICA (SEI N° 22673992) - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR PROFISSIONAL (IS) DETENTOR DE ATESTADO (S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO (S) COMPATÍVEL (IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.**

10.30. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa LICITANTE, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente devidamente atualizada, no caso de prestador de serviços com contrato escrito firmado com o LICITANTE, será aceita a declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o LICITANTE se sagre vencedor do certame.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.31. Os atestados, Certidões e as Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme o disposto no [Instrução Normativa nº 58 DNIT/SEDE, de 17 de setembro de 2021](#), alterada pela [Instrução Normativa nº 4, de 08 de março de 2022](#).

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação para os 04 Lotes é de R\$ 40.088.078,08 (quarenta milhões, oitenta e oito mil setenta e oito reais e oito centavos), conforme custos unitários apostos nas **Tabelas - Planilha de Custo Estimada**, prevista no item 7.4.

11.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial, foram extraídos das Tabelas do novo SICRO, mês-base: Abril/2025, sem desoneração, **BDI: 35,14%**, e com desoneração **BDI: 40,81%** para o Lote 01, mês-base: Janeiro/2025, sem desoneração **BDI: 35,12%** e com desoneração **BDI: 40,78%** para o Lote 02 e mês-base: Abril/2025, sem desoneração **BDI: 35,14%** e com desoneração **40,81%** para o Lote 03 e mês-base: Julho/2025 sem desoneração **BDI: 35,14%** e com desoneração **BDI: 40,81%** para o Lote 04, encargos sociais, adicionais e complementares, por categoria profissional, conforme Relatório Sintético de Mão de Obra do novo SICRO e Manuais do novo SICRO. Foram elaborados orçamentos nas condições de recolhimento de tributos onerada e desonerada, conforme orientação contida na [Instrução Normativa DNIT nº 62, de 17 de setembro de 2021](#) e, em conformidade com o art. 7º da [Lei nº 12.546, de 2011](#), dos quais adotou-se o menor orçamento **sem desoneração** de mão de obra, garantindo assim maior economicidade à Administração Pública.

11.3. Realça que as premissas básicas mais relevantes que pautaram a elaboração do orçamento referencial estão contidas nos seguintes documentos:

- Sistema de Custos Referenciais de Obras - Novo SICRO, mês data-base Abril/2025 para o Estado do Maranhão;
- Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes do SICRO (2017);
- [Instrução Normativa nº 1, de 24 de janeiro de 2023](#) (SEI/DNIT nº 13546239);
- [Instrução Normativa nº 9/DNIT SEDE](#), de 26 de abril de 2022 (SEI/DNIT nº 11172279);
- [Instrução Normativa 62, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI/DNIT nº 9245343);
- Ofício-Circular nº 5426/2021 (SEI/DNIT nº 9291197);
- Portaria DG nº 1.977/DNIT, de 25 de outubro de 2017 (SEI/DNIT nº 6043299, p. 71/74);
- Memorando nº 322/2014 - CGCIT/DIREX, de 05 de outubro de 2014;
- Ofício-Circular nº 3624 (SEI/DNIT nº 8547759);
- Ofício-Circular nº 103/2020/ACE - DPP/DNIT/SEDE (SEI/DNIT nº 4798015);
- Ofício-Circular nº 2773/2020/ASSESSORIA/DPP/DNIT SEDE (SEI/DNIT nº 5802583);
- Ofício-Circular nº 4706/2025 (SEI DNIT nº 21705904).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2026.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- UGR: 39306 - Diretoria de Infraestrutura Rodoviária;
- Fonte de Recursos: 1000;
- Programa de Trabalho: 26.782.3106.163Q.0020;
- Elemento de Despesa: 51 (4.4.90.51.00 - Natureza da Despesa);
- Plano Interno: MT00802.

12.3. Na Declaração de Existência de Recursos Orçamentários e na Declaração exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (15 a 17) constam informações de que a despesa prevista para o empreendimento se encontra na [Lei do Plano Plurianual – PPPA 2024-2027](#) e tem adequação orçamentária e financeira com a [Lei Orçamentária Anual – LOA 2026](#), e possui compatibilidade com a [Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026](#).

12.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Descumpridas as obrigações e condições de licitação/contratação previstas neste Termo de Referência, e/ou, no Edital, e/ou no Contrato, serão aplicadas as penalidades conforme hipótese e gradação descritas nos artigos 155, 156 e ss. da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a CONTRATADA que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.3. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - **Multa:**

- i. Moratória de 0,33% (trinta a três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- ii. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- iii. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- iv. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.2, a multa será de 5% do valor do Contrato.
- v. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.2, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- vi. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.2, de 20% do valor do Contrato.
- vii. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.2, a multa será de 3% do valor do Contrato.
- viii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.2, de 1% a 5% do valor do Contrato.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei](#) (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos contratualmente ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.10. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos referente das OAEs listadas e que sob jurisdição da Superintendência do DNIT no estado do Maranhão e do Amapá, referente aos lotes 01, 02, 03, e 04 das rodovias:

14.1.1. **Lote 01 - BR-230/MA:** Trecho: INÍCIO PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA - FLORIANO) - RIO TOCANTINS (DIV MA/TO); Subtrecho: INÍCIO PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA - FLORIANO) - ENTR MA-132 (RIACHÃO) ; Segmento km 0 ao km 482,8; Extensão 482,8 km; Código do SNV 230BMA0910 ao 230BMA1050 - Versão SNV 202507A;

BR-330/MA: Trecho: ENTR BR-230/330/MA-006 (BALSAS) - DIV MA/PI (RIO PARNAÍBA); Subtrecho: ENTR BR-230/330/MA-006 (BALSAS) - ENTR MA-006 (ACESSO NORTE TASSO FRAGOSO); Segmento km 0 ao km 141,4; Extensão 141,4 km; Código do SNV 330BMA0005 ao 330BMA0015 - Versão SNV 202507A

14.1.2. **Lote 02 - BR-156/AP – Trecho:** DIV PA/AP (LARANJAL DO JARI) – FIM S/RIO OIAPOQUE – FRONTEIRA BRASIL/GUIANA FRANCESA; Subtrecho: ENTR BR-156/210/AP-130 (PORTO GRANDE) – FIM S/RIO OIAPOQUE – FRONTEIRA BRASIL/GUIANA FRANCESA; Segmento: Km 330,40 ao Km 802,40; Extensão: 472,00 km; Código do SNV: 156BAP0370 ao 156BAP0670 – Versão SNV 202504A.

BR-210/AP – Trecho: ENTR AP-010/030/070/110 (MACAPÁ) – DIV AP/PA; Subtrecho: ENTR AP-010/030/070/110 (MACAPÁ) – ENTR BR-156/210/AP-130 (PORTO GRANDE); Segmento: Km 0,00 ao Km 100,50; Extensão: 100,50 km; Código do SNV: 210BAP0010 ao 210BAP0090 – Versão SNV 202504A

14.1.3. **Lote 03 - BR-135/MA:** Trecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL - DIV MA/PI (GUADALUPE); Subtrecho: ACESSO AEROPORTO DO TIRIRICAL - ENTR BR-135/316 (CACHUCHA), Segmento: km 0 ao km 199,8, Extensão: 199,8 km, Código do SNV 135BMA0020 ao 135BMA0135 - SNV 202507A.

BR-222/MA: Trecho: INÍCIO TRAVESSIA RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA) - INÍCIO DA PONTE S/RIO ITINGA - DIV MA/PA; Subtrecho: ENTR MA-026 (FIM TRAV URB CHAPADINHA) - ENTR BR-135/222 (OUTEIRO), Segmento: km 80,2 ao km 219,4, Extensão 139,2 km, Código do SNV 222BMA0410 ao 222BMA0490 - SNV 202507A

BR-402/MA: Trecho: ENTR BR-135/402 (BACABEIRA) - INÍCIO PONTES/RIO PARNAÍBA (DIV MA/PI); Subtrecho: ENTR BR-135/402 (BACABEIRA) - ACESSO P/SOBRADINHO, Segmento: km 0 ao km 175,9, Extensão 175,9 km, Código do SNV 402BMA0012 ao 402BMA0082 - SNV 202507A

14.1.4. **Lote 04 - BR - 222/MA** – Trecho: INÍCIO TRAVESSIA RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA) - INÍCIO DA PONTE S/RIO ITINGA - DIV MA/PA; Subtrecho: ENTR BR-135/222 (MIRANDA DO NORTE) - ENTR MA-006 (ARAME); Segmento: Km 251,1 ao km 502,00; Extensão: 250,9 km; Código do SNV (22BMA0550 - 222BMA0650) SNV _202507A.

BR-316/MA - Trecho: INÍCIO PONTE S/RIO GURUPI (ALTO BONITO - DIV PA/MA) - FIM PONTE S/RIO PARNAÍBA (DIV PI/MA -TIMON); Subtrecho: ENTR MA-306/206 (MARACAÇUMÉ) - ENTR MA-034(A)/127/349 (CAXIAS); Segmento: Km 54,7 ao km 551,1; Extensão: 496,4 km; Código do SNV (316BMA0250 - 316BMA0300) - SNV _202507A

14.2. O Termo de Referência está adequada ao que dispõe o art. 6º, inciso XXIII, da [Lei nº 14.133/21](#) e a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022](#).

14.3. Os Planos de Trabalho e Orçamentos dos **Lotes 01, 03 e 04 (Barão de Grajaú, Pedrinhas e Santa Inês/MA, respectivamente)** foram elaborados pela COMEC/CGMRR/DIR, no âmbito do PROARTE.Manutenção. A elaboração do Plano de Trabalho e do Orçamento do **Lote 02 da Unidade Local de Macapá/AP** é de responsabilidade da Superintendência Regional do DNIT no estado do **Amapá - SRE/AP**. Os preços unitários utilizados na elaboração do orçamento são os constantes do SICRO, no mês-base de **Janeiro de 2025, Abril de 2025 e Julho de 2025, para os estados do Maranhão e Amapá.**

15. RESPONSÁVEIS/CONTATO

- Eng.º Alexandre Gil Batista Medeiros

Coordenador de Manutenção de Estruturas e Contenções - COMEC
E-mail: alexandre.medeiros@dnit.gov.br
Telefone: (61) 3315-4319

- Eng.º Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior

Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária - CGMRR
E-mail: braulio.junior@dnit.gov.br
Telefone: (61) 3315-4319

16. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LEI Nº 12.527/2011

16.1. A pretensão contratação se enquadrará ao disposto na Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, ou seja, será assegurado o direito fundamental de acesso à informação.

17. ANEXOS

- Anexo I - Plano de Trabalho e Orçamento - UL Barão de Grajaú_MA (SEI! N.º 22628051);
- Anexo II - Plano de Trabalho e Orçamento - SRE Amapá_AP (SEI! nº 22628170);
- Anexo III - Plano de Trabalho e Orçamento - UL Pedrinhas_MA (SEI nº 22628246);
- Anexo IV - Plano de Trabalho e Orçamento - UL Santa Inês_MA (SEI nº 22697238)
- Documento de Formalização de Demanda (SEI! nº 23532356);
- DFD Digital (SEI nº 23532382);
- Estudo Técnico Preliminar de Contratação (SEI! nº 23532401)
- ETP Digital (SEI! nº 23532609);
- Mapa de Risco (SEI! nº 22698195);
- Anexo VII - Mapa de Risco Digital (SEI! nº 22701565);
- Anexo VIII - Planilha de Serviços em Branco (SEI! nº 22669349);
- Anexo IX - Cronograma Físico-Financeiro em Branco (SEI nº 22677170);
- Anexo X- Relação de serviços a serem executados por profissionais (SEI! nº 22673992);
- Anexo XI - Relação de serviços a serem executados pelo proponente (SEI! nº 22674007).

18. ASSINATURAS

18.1. Declaro que sou responsável pelo Termo de Referência, que está adequado ao que dispõe o art. 6º, inciso XXIII, da [Lei nº 14.133/21](#) e a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022](#);

18.2. Pelos Critérios de Habilitação Operacional, Profissional e de julgamento das propostas, bem como das respectivas justificativas, em atendimento ao disposto na Seção III da Lei 14.133 de 01/04/2021;

(documento datado e assinado eletronicamente)
Eng.º ALEXANDRE GIL BATISTA MEDEIROS, MSc
Coordenador de Manutenção de Estruturas e Contenções
COMEC/CGMRR/DIR

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

(documento datado e assinado eletronicamente)
BRÁULIO FERNANDO LUCENA BORBA JÚNIOR
Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária
CGMRR/DIR



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Gil Batista Medeiros**, **Coordenador de Manutenção de Estruturas e Contêntes**, em 14/01/2026, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#)



Documento assinado eletronicamente por **Braulio Fernando Lucena Borba Junior**, **Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária**, em 14/01/2026, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23532626** e o código CRC **2E88D19D**.